



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

ATA DA 2^a AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 4º PERÍODO DA 18^a LEGISLATURA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, PARA DEBATER
SOBRE “VIOLENCIA CONTRA A MULHER, AGOSTO LILÁS”, REALIZADA NO
DIA 24 DE AGOSTO DE 2022.

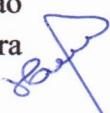
Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e dois, com início às dezenove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pela Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes. Compareceram à presente Audiência Pública, as Vereadoras: Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes (REPUBLICANOS), Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS) e Valtide Paulino Santos (PSL). A Vereadora Cicera Bezerra Leite Batista (SOLIDARIEDADE), e os Vereadores: David Carneiro Maia (DC), Decilânio Cândido da Silva (SOLIDARIEDADE), Emanuel Rodrigues de Araújo (SOLIDARIEDADE), Fernando Rodrigues Batista (AVANTE), Francisco de Sales Mendes Junior (REPUBLICANOS/Líder do Governo), Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro (PL), João Carlos Patrian Junior (REDE), José Gonçalves da Silva Filho (PT), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Josmá Oliveira da Nóbrega (PATRIOTA), Kleber Ramon da Silva Araújo (PSL), Marco César Sousa Siqueira (PSC) e Willami Alves de Lucena (PROS), não compareceram à presente Audiência Pública. Por solicitação da Senhora Presidente, as Vereadoras Nadigerlane Rodrigues e Maria de Fátima Medeiros recepcionaram as seguintes convidadas e convidados: Doutora Danielle Marinho; Doutora Danielle Lucena; Brígida Emanuelle, Secretária Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Patos; Samara Oliveira Presidente; do Conselho de Mulheres; Doutora Sílvia, Delegada da Delegacia da Mulher; Rose Xavier, Assistente Social do CRAM; Dr. Charles, Diretor da Penitenciária Romero Nóbrega; Cláudia Leitão; Tenente Daniela, representando o Coronel Esaú do 3º Batalhão; Luana Gomes, representante da Polícia Rodoviária Federal; Edson Dantas, representando Doutora Jocicleide, Diretora do Fórum Miguel Sátiro; Pastora Joana; Poliana Guedes, Secretária do Controle Interno; Mila, Secretária da Habitação; Joseni, representante da Pastoral da Pessoa Idosa, Doutora Mayres Limeira e Doutor Fred, Presidente da OAB-Patos, Doutora Gislene, Vice-Presidente da OAB. A Senhora Presidente registrou as presenças de: Aline, representante do Movimento Feminista Olga Benário; Vinícius Lucena, Vice-diretor do Presídio Romero Nóbrega; Artur Formiga, representando a Polícia Rodoviária Federal; Lielma, integrante da Ação Social Diocesana de Patos, Nina, representando o CRAM, e Lúcia Lira; Samira Medeiros; Kelly, Assistente Social da Secretaria de Desenvolvimento

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Assessoria de Imprensa" or a similar title.

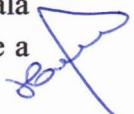
Social; Doutora Jeciane Fontes; Doutora Jéssica, da Comissão da Mulher da OAB; Italanei, representando o CEO. A Senhora Presidente declarou aberta a Audiência Pública: "Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos." Em seguida, a Senhora Presidente convidou a todos para de pé ouvir o Hino Nacional. Logo após, com a palavra 1ª Secretaria fez a leitura do dia: "PODER LEGISLATIVO. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS (Casa Juvenal Lúcio de Sousa). REQUERIMENTO N° 696/2023 - SOLICITO DA MESA DIRETORA, MARCAR UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA PELO AGOSTO LILÁS, NO NOSSO MUNICÍPIO. Senhora Presidente, na forma regimental, após consultado o Plenário, solicito de Vossa Excelência, marcar uma data para que possamos numa Audiência pública debater sobre a violência contra a mulher, em nosso município. JUSTIFICATIVA: A proposição se justifica, é necessário que a Campanha "Agosto Lilás" que, por sua vez, tem como objetivo a conscientização pelo fim da violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Patos/PB. A disseminação de informações sobre a violência familiar contra a mulher, utilizando-se dos mais diversos meios, e a inserção da temática nas atividades escolares é essencial para a formação da opinião e senso crítico, e consequente mudança de comportamento da sociedade em geral e dos alunos da rede municipal de ensino. A capacitação, formação e aperfeiçoamento para profissionais dos serviços que, direta ou indiretamente, atendam mulheres vítimas de violência e integrantes da rede de atenção às mulheres, por sua vez, proporciona um atendimento cada vez mais humanizado e capaz de auxiliar as mulheres a saírem de uma situação de violência. Portanto, a institucionalização da Campanha Agosto Lilás, bem como das ações previstas, é fundamental para a construção de uma sociedade livre da violência de gênero doméstica e familiar contra a mulher, e garante, ainda, a continuidade dessas ações gerando maior resultado a longo prazo. Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente o pleito atendido. Autoras: Vereadoras: Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes, Valtide Paulino Santos, Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes e Cícera Bezerra Leite Batista. SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. EM, 05 DE AGOSTO DE 2022." A Senhora Presidente registrou a presença de André, da Guarda Municipal e Rildian Filho. Em seguida, é apresentado um vídeo em alusão ao Agosto Lilás, em seguida, a Senhora Presidente passa presidência dos trabalhos para Vereadora Nadigerlane Rodrigues. Atendendo convite da Senhora Presidente em Exercício, fez uso da palavra a **Vereadora Valtide Paulino Santos**: "Boa noite a todos. Quero saudar a todas as mulheres, mas quero primeiramente e, principalmente, saudar os homens que vieram nessa Audiência Pública. Quero agradecer a cada um que recebeu o nosso convite, e que hoje veio abrilhantar essa Audiência Pública. Quero diante de todos, já desde o início das minhas palavras, dizer que aqui na Câmara Municipal de Patos nós temos quatro Vereadoras: a minha pessoa, a Vereadora Nadir, a Vereadora Fatinha Bocão e a Vereadora Nega Fofa, que no momento foi impossibilitada de participar dessa Audiência. Porém, o nosso intuito aqui é ouvi-las, e em comum acordo, as demais vereadoras decidiram que apenas eu falaria e o restante de todas nós as ouviria. Então estas palavras de hoje são de saudações. Sejam todas bem-vindas nesta Casa Legislativa.



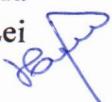
E jamais a Câmara Municipal de Patos poderia se omitir de fazermos uma Audiência Pública no Agosto Lilás. O Agosto Lilás que serve exatamente pra divulgar, da melhor maneira possível, a Lei Maria da Penha. Então que o Agosto Lilás seja símbolo do nosso dia a dia, que nós usemos esta Audiência Pública, que nós usemos a cor lilás justamente pra que a sociedade entenda, pra que nós mulheres nos conscientizemos que nós não estamos sós. Quantas vezes nós poderemos até nos acharmos sós, mas nós não estamos sós, nós temos toda uma rede de apoio. E, principalmente, nós temos umas as outras, que na hora que nós precisamos, nós estamos pra ajudar umas as outras. E diante de tudo isso, o que nós podemos dizer a vocês é que nós precisamos sim divulgar os serviços especializados na rede de atendimento, que a mulher vítima de violência tem toda essa rede que vai lhe apoiar. Que denuncie. Ouvindo aqui o vídeo, lembra Doutora Sílvia, quantas mulheres não têm a coragem de denunciar. E quantas de nós mulheres ainda temos esse nosso intuito de dizer: ‘fiquei com vergonha’, ‘fiquei com vergonha até de outra pessoa saber dessa violência’. Violência essa que não é só física, mas psicológica, principalmente. Creio que é um dos maiores problemas que uma mulher pode ter é uma violência doméstica familiar, que ela se sente totalmente presa naquele mundo dela. Então que esse Agosto Lilás sirva pra expandir essa campanha entre todas nós. Obrigada, e vamos ouvi-las.” Em seguida, a Presidente Valtide Paulino reassume a presidência e registra a presença dos alunos do Curso de Direito da UNIFIP da cidade de Patos, em seguida disse: “Na verdade, quem teve a ideia de abrilhantar esta Casa com essa Audiência Pública, e nós temos de ser justa, foi Samara.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra, Senhora **Samara Oliveira - Presidente do Conselho das Mulheres**: “Boa noite a todos e todas aqui presentes. Só registrando que não foi Samara, foi o Conselho, somos um coletivo. E isso é muito bom, esse coletivo que a gente participa. Eu sou Samara Oliveira, muitos não me conhecem. Antes de estar com Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, eu sou do Movimento de Mulheres Olga Benário. Movimento este que muito me orgulha e tenho grande admiração. Obrigada as minhas companheiras que ali estão e que fazem a luta junto comigo. Cumprimento a Mesa Diretora, através da Vereadora Nadir, e as demais pessoas presentes, através da minha companheira, Aline Leite, do Movimento Olga. Quero agradecer primeiramente a Vereadora Nadir, quem atendeu o nosso pedido e embarcou junto com a gente hoje nessa ideia de construir essa Audiência Pública. Agradecer a Presidente da Câmara por também, juntamente com as outras Vereadoras, terem aceitado esse Requerimento e estarmos aqui hoje. Quero profundamente agradecer a Danielle Marinho, minha professora querida, estudante de Direito que sou aguerrida e atuante na causa, por aceitar o convite de estar aqui hoje e presentear a gente com a sua fala. Ainda, e em tempo, agradecer a Daniele Lucena mulher empoderada, conhecida do Direito e guerreira por aceitar essa missão de também está aqui com a gente hoje. E agora esse meu agradecimento ele é uno, ele é meu, muito obrigada e aqui agradeço enquanto estudante de Direito e fã dessas notáveis mulheres. Quero agradecer a todos que nos ajudaram e divulgaram. À Secretaria de Políticas Públicas Brígida, que se empenhou pra que fosse divulgada bastante essa nossa Audiência. E o coletivo é isso, é a gente trabalhar unido pra que tudo dê certo. Nossa luta é uma luta de união, onde precisamos unir forças e não dividir forças. E encontramos um Coletivo com esse, força pra continuarmos, força para



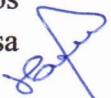
lutar ainda mais força para resistir. Há muitas lutas que ainda vamos travar, enquanto Conselho. Entre elas, eu não posso deixar passar a nossa tão sonhada patrulha Maria da Penha, que vai ser uma grande realização pra nossa cidade e nós estamos numa luta. E acho que até o governador já me conhece, porque toda entrevista que ele está eu coloco lá o meu nome e pergunto por essa patrulha pra nossa cidade. A sede do nosso Conselho, nós somos um Conselho de mulheres voluntárias, nós trabalhamos voluntariamente e nós não temos uma sede, é uma das nossas lutas para esse ano ainda. Nós temos um plano de ação que nós também desejamos que se concretize; e pra isso, as secretárias aqui presentes, eu vou precisar do apoio de todas vocês. São vários pedidos e sonhos que temos, passaríamos a noite aqui descrevendo. Mas estamos aqui para lembrarmos a necessidade de conscientização da nossa sociedade para o fim da violência contra a mulher. A violência contra a mulher constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos a vida a saúde e a integridade física. É com grande honra e satisfação que estamos aqui reunidos para debatermos esse assunto tão importante. O mês de agosto é conhecido como Agosto Lilás, em prol da Campanha de Combate a Prevenção da Violência Contra às Mulheres, em alusão também ao mês de criação da Lei Maria da Penha, que esse ano completou dezesseis anos. Hoje no Brasil, até julho de 2022, nós temos trinta e uma mil denúncias de violência doméstica, ou familiar, contra mulheres. Esses números nos assustam, mas nos deixam cientes do nosso papel enquanto sociedade, enquanto mulheres, enquanto ativistas sociais. Uma luta que não para quando chegamos em casa, não para quando estamos trabalhando ou lutando por nossos direitos. Nossa luta não para nunca. E é uma luta de todos nós. Queríamos plantar uma semente no coração de cada um de vocês aqui hoje, queríamos plantar a vontade de lutar conosco essa batalha. Estamos aqui na luta, e esperamos por vocês. É uma luta de todos nós. O Conselho está aberto para receber a todos que desejam contribuir com a causa. Precisamos entender que podemos mudar a situação, mudar o rumo de tudo. E só através do trabalho coletivo e unido iremos alcançar os nossos resultados. Vamos juntos nessa luta. Obrigada.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra, **Dra. Daniele Marinho**: “Boa noite a todos e todas. Eu gostaria de saudar a todos, na pessoa da Excelentíssima Vereadora Presidenta Tide Eduardo, na pessoa da qual eu saúdo todas as autoridades. Gostaria também de registrar novamente a presença dos acadêmicos e acadêmicas de Direito. Eu me sinto muito feliz por sua presença, a presença de todos vocês aqui. E gostaria também de, neste momento, fazer um agradecimento especial, um registro especial à Pastora Joana, que luta. Eu até me emociono, sinceramente, ao falar de uma pessoa que luta todos os dias, não só em agosto, não só em maio, a proteger mulheres e crianças, de forma altruísta. Sem nenhum interesse, verdadeiramente, diariamente a proteger mulheres e crianças. Por isso sempre que me chama, estou ao seu lado, porque sei de sua luta, do que abre mão da sua vida nessa proteção pelas mulheres e pelas crianças. Então, Pastora, o meu muito obrigada em nome de todas nós, pelo seu trabalho, pela sua luta. Estou aqui hoje para falar um pouco sobre o histórico da Lei Maria da Penha, esses dezesseis anos. Mas esse histórico não se resume aos dezesseis anos. A Lei Maria da Penha começou muito antes desses dezesseis anos. O direito é uma luta constante, uma luta diária. Carlos Drumond de Andrade fala assim: ‘Os lírios não nascem da lei’. E quando ele fala isso, ele está se referindo que a



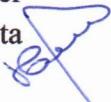
felicidade não nasce da lei. A felicidade não pode ser imposta ou decretada. Mas eu ouso usar suas palavras e parafrasear, dizendo que a lei nasce da dor. E a Lei Maria da Penha nasceu da dor. Ela não nasceu da dor apenas de Maria da Penha, ela nasceu da dor de tantas outras mulheres antes. A Lei Maria da Penha não foi nos dada, ela foi conquistada. E ela foi conquistada a partir de uma imposição, uma recomendação de um organismo internacional. O Brasil é signatário de uma convenção americana de Direitos Humanos, e também se submete a uma corte interamericana de direito humanos, que pode, em caso de qualquer violação de direitos humanos, julgar o Brasil. O Caso de Maria da Penha assim foi. Outras situações de violência doméstica também passaram, foram submetidos a essa corte, só que não preencheram requisitos formais. O caso de Maria da Penha foi admitido, por quê? Lá não figurou o seu agressor, lá figurou o Brasil como réu, porque ele foi inerte ao aplicar a lei aquele agressor. E o Brasil, então, figurou como réu. Duas organizações de direitos humanos em especial, duas organizações que defendem os direitos das mulheres peticionaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pedindo, então, a punição do Brasil no caso de Maria da Penha. Então isso foi feito. A Comissão Interamericana disse o seguinte: ‘Percebemos que nesse caso específico de Maria da Penha, a lei penal não foi aplicada. Houve uma demora injustificada; é inadmissível essa demora’. E, além disso, não só no caso dela, percebe-se que no Brasil a violência doméstica é uma prática reiterada, é sistemática, acontece culturalmente, sistematicamente. Precisa-se, então, coibir, prevenir, erradicar a violência contra a mulher. O Brasil já é signatário de convenções específicas para isso, mas não cumpre. Então, Brasil, nós recomendamos que você crie uma legislação específica de proteção à mulher’. Isso foi em 2001. Aí o Brasil permaneceu inerte, permaneceu omisso, e também recomendou uma indenização à vítima Maria da Penha. Foi preciso que Maria da Penha e as organizações que a acompanharam acionassem de novo a Corte, acionassem a OEA, a corte que faz parte da Organização dos Estados Americanos, acionasse até a ONU, para provocar o Brasil para criar essa lei. Então nenhum legislador, o Brasil não foi, ou não criou essa lei por perceber a necessidade ou por boa vontade, ou por ser bonzinho, pelo contrário, ele a criou por uma imposição, por temer as sanções internacionais que poderia receber. Talvez por essa razão, existiu tanta resistência em relação à Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha, eu acho que mais do que questões comitivas, porque a princípio, a Lei Maria da Penha em si não trazia nenhum crime, ela tem mais uma função educativa para se tratar ou se falar da violência contra a mulher. Estamos dezesseis anos depois, aqui, neste espaço, falando sobre isso. As mulheres, cada vez mais, denunciando a violência doméstica e familiar contra a mulher. Tivemos mudanças nas relações em razão dessa lei, mas não foi só a partir da legislação. Essa legislação foi um conjunto de mudanças. Na década de 1970 para 1980, em plena ditadura militar, com a repressão, as mulheres foram às ruas reivindicar delegacias especializadas de proteção à mulher. Entendem a dimensão de numa época de repressão, as mulheres tomaram as ruas pedindo delegacias especializadas, até chegarmos a 1985, a criação da primeira delegacia especializada em São Paulo, que é um marco na história da violência contra mulher? Então em relação ao combate a violência contra mulher, nós temos alguns marcos importantes que são: a criação da primeira delegacia da mulher, em 1985; a criação da Lei Maria da Penha, a criação dos juizados especiais criminais, o JECRIM, anterior a Lei



Maria da Penha, inclusive. Então, por ordem, nós temos: a delegacia da mulher, o JECRIM, a e depois a qualificadora do feminicídio. Mas vejam, foi um processo muito longo e doloroso. Eu, por exemplo, passei por uma situação no Juizado Especial que me marcou profundamente. Em uma audiência, que foi uma lesão corporal envolvendo violência doméstica e familiar, ficou definido que o réu pagaria duas cestas básicas. E a resposta do réu me deixou sem palavras, literalmente, porque ele disse: ‘se eu soubesse que era tão barato eu tinha batido mais’. Se alguém tivesse me contado, talvez eu não tivesse acreditado, mas eu ouvi, eu vi e fiquei sem palavras. Tivemos uma conquista com a Lei Maria da Penha, que os casos de violência não seriam mais tratados em Juizados Especiais. Então foi uma conquista enorme. Com a Lei Maria da Penha nós tivemos um grande avanço, mas muita resistência. Então, a Lei foi criada em 2006, e em 2007 eu me lembro de uma sentença de um juiz, não lembro o Estado, mas não foi aqui na Paraíba, em que ele disse que a Lei Maria da Penha era um monstrengosinhoso, porque a mulher tinha nascido da costela de Adão e a ele devia obediência. E absolveu o réu da violência que estava lá patente. Você faz: ‘não, mas isso foi em 2007’. Em 2021 com as audiências acontecendo via vídeo conferência, um juiz disse em uma audiência: ‘não, mas essa mulher apanhou porque ela fez alguma coisa. Alguma coisa ela fez’. Em pleno dois mil e vinte e um. Durante muito tempo se questionou a constitucionalidade da Lei Maria da Penha, o que era isso? Um argumento para se questionar uma posição ideológica conta a Lei Maria da Penha, ao ponto que em 2007, o Presidente da República, à época, entrou com uma ação declaratória de constitucionalidade. Imagine o Presidente ter que ir ao Supremo pedir para declarar a constitucionalidade de uma lei que ele tinha sancionado, para que o Supremo dissesse: ‘não é constitucional’. E isso me faz lembrar muito uma frase de Rui Barbosa: ‘a regra da desigualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente os desiguais na medida em que se desigualam’. Ou seja, a necessidade de leis especiais para grupos que necessitam ser tratados de forma especial, que necessitam de políticas públicas especiais, que estão em situação de vulnerabilidade, como: crianças, mulheres, deficientes físicos, idosos, toda uma gama de sujeitos que necessitam de um tratamento especial, pois estão de desigualdade. Isso é a razão de ser da Lei Maria da Penha, que esperamos que um dia não seja mais necessário. E para finalizar a minha fala, porque eu tenho muitas colegas para falar, o mote da criação da Lei Maria da Penha, quando essas instituições, organizações de direitos humanos resolveram entrar em contato com Maria da Penha e apresentar a Corte Interamericana, pois muita gente desconhece essa possibilidade de acessar cortes internacionais para responsabilizar o Brasil, foi um livro, uma autobiografia que a própria Maria da Penha escreveu, que se chama ‘Sobrevivi, eu posso contar’. Então percebam que a história de cada uma inspira, motiva, pode mudar a vida de tantas e tantas mulheres. Então ao escrever um livro que, talvez ela não imaginasse, na simplicidade de um livro, ela não imaginasse como iria mudar a vida de tantas mulheres, talvez cada uma de nós ao contar, ao acolher, ao apoiar uma mulher para denunciar, a gente pode não se dar conta que naquele momento a gente está tocando a vida de alguém, não é Pastora Joana? Como a senhora já tocou a vida de tantas mulheres e de tantas meninas. E eu acho que para que a gente honre a dor e o sofrimento de Maria da Penha e de tantas outras mulheres, a gente precisa defender a Lei Maria da Penha todos os dias, não só em agosto. Todos os dias! E a gente precisa estar em rede. A gente precisa



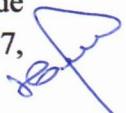
apoiar o trabalho de Doutora Sílvia, o trabalho da Polícia Civil, o trabalho da Polícia Militar, o Trabalho da Polícia Rodoviária Federal, que faz um trabalho fantástico contra a exploração de crianças e adolescentes. A gente precisa apoiar o trabalho do Conselho, a gente precisa estar em rede, apoiar a Secretaria Pública para as Mulheres, a gente precisa, todas nós, enquanto mulheres, e todos os homens, que estão também apoiando essa causa, a gente precisa dar as mãos e não soltar. Muito obrigada.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra **Dra. Daniele Lucena**: “Dirijo minha saudação especial a Excelentíssima Senhora Presidenta desta Casa Legislativa, Vereadora Valtide Paulino, em nome da qual saúdo as demais vereadoras presentes. Cumprimento à colega Daniele Marinho, advogada, professora, coordenadora do Curso de Direito da UNIFIP, através da qual saúdo os alunos do curso de Direito aqui presentes. E também todos os professores e professoras que nos acompanham neste momento. Gostaria de fazer uma saudação especial à Samara Oliveira, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, Integrante do Movimento de mulheres Olga Benário, e também à Doutora Sílvia Alencar, Delegada da mulher da nossa cidade, e à Pastora Joana, conhecida por mim, desde os tempos da UFCG, por quem tenho muito carinho. Em nome dessas três grandes mulheres, eu saúdo também todos os representantes de organizações da sociedade civil, do poder público e as pessoas que desenvolvem ações em defesa dos direitos das mulheres. Estendo o meu boa noite as demais autoridades, convidados e convidadas aqui presentes, e a tantos quantos nos acompanham, nos mais variados meios de transmissão desta audiência pública. Começo indagando-lhes: o que ficará desta noite? Qual é o fruto desta audiência pública? O que transcenderá deste encontro e homens disponíveis, dispostos a discutir questões inerentes à vida das mulheres, aos direitos das mulheres? E por que Vereadora Tide é tão importante começarmos por este questionamento? Nós precisamos estabelecer uma ideia de finalidade para sabermos por onde começar e quais caminhos, estratégias adotaremos nesse percurso. A sequência da escuta deve ser a ação, e o espaço entre o ouvir e o agir deve ser de reflexão. Eu sou advogada há onze anos, e há dez anos desenvolvo ações em defesa dos direitos das mulheres, seja na militância, na advocacia, exerço advocacia em perspectiva de gênero com ênfase nos direitos das famílias. E também desenvolvo atividades como coordenação de campanhas de conscientização acerca das muitas formas de violência contra a mulher, combate na prevenção, palestras, minicursos, workshops, mentorias, consultorias, desenvolvo Projetos de Lei em perspectiva de gêneros, entre tantas outras atividades. E hoje anoro a minha abordagem na minha vivência, enquanto mulher, nessa trajetória profissional, mas não falo apenas em meu nome. Ratifico as palavras de Samara, da importância de um olhar Coletivo para essa discussão. Falo também em nome da experiência de muitas mulheres que, juntamente comigo, integram um Coletivo que vem estruturando uma rede de apoio e formação para outras mulheres. As discussões no âmbito desse grupo já apontam para uma necessidade de estabelecermos um observatório para avaliar a efetividade das políticas públicas para mulheres desenvolvidas no município de Patos, para que possamos entender se há uma associação entre a legislação, os processos educacionais e de mudança cultural na nossa cidade, e também as políticas públicas como primícias para uma mudança desses tempos. Queremos com isso também trazer efetividade aos direcionamentos da Lei Maria da Penha, e por isso eu gostaria de nesta



noite não fazer uma abordagem de cunho geral a lei, mas de trazer Vereadora Tide, Vereadora Nadigerlane, Vereadora Fátima, uma abordagem local, um olhar crítico sobre a nossa realidade enquanto município de Patos. E aqui trago algumas considerações e muitos questionamentos. A ideia de quem vem expor um tema é trazer respostas, hoje eu trago muito mais perguntas, e uma esperança: que possamos construir uma resposta coletiva para essas perguntas. Coletiva e efetiva. Uma política pública nada mais é do que uma ação, do Poder Público, voltada para uma determinada finalidade. Sendo uma ação do Poder Público, precisa necessariamente estar ancorada em lei, porque o Poder Público guia-se, orienta-se pelo princípio da legalidade. Nós particulares podemos fazer tudo aquilo que a lei não nos impede, o Poder Público apenas pode fazer o que a lei permite. Nesse ponto, os questionamentos: a Câmara Municipal de Patos tem um registro específico das leis que tem por fulcro o estabelecimento à garantia de direitos para as mulheres? Qual é a temática mais debatida nesta Casa, nesse campo? Há uma orientação institucional de fomento, de incentivo a elaboração de mais propostas de Projetos de Lei que considerem as especificidades do ser mulher? Há um apoio técnico especializado nos estudos de gênero e na vivência prática dessas questões para garantir uma legislação de bases sólidas e condizentes com a realidade, portanto, efetiva? As mulheres são ouvidas no processo legislativo? E se o são, quais mulheres são ouvidas? São mulheres à semelhança da maioria que ocupa hoje este Plenário? Em geral, mulheres brancas, escolarizadas, heterossexuais, posicionadas profissionalmente? Ou também são ouvidas as mulheres negras, integrantes das comunidades mais pobres da nossa cidade, mãe solo, mulheres representantes da comunidade LGBTQIA+, dentre tantas outras? Se considerarmos o poder que as senhoras, e os demais vereadores que compõe esta Casa, dos quais já de pronto lamento a ausência nesse momento, emana do povo, é preciso considerar qual é a esfera de povo que é efetivamente contemplada pela atividade legislativa que emana desta Casa. No Brasil, senhoras e senhores, as leis são elaboradas por uma maioria de homens para serem executadas por outra maioria de homens. Nessa perspectiva, fica muito claro para todos nós que as mulheres ficam sub-representadas, que as necessidades, que as condições específicas, que a realidade das mulheres não é contemplada nem pela lei, nem pela execução da lei. Enquanto advogada, recebi hoje, acho que esse é o pensamento das colegas que aqui estão, a exemplo da Doutora Gislene, que ocupa este Plenário, a notícia de que uma advogada foi repreendida por um Desembargador, no momento em que fazia uma audiência com a filha de seis meses, que amamentava naquele momento. O Desembargador acusou essa advogada de falta de ética, porque estava a amamentar uma criança, e mencionou que o barulho da criança atrapalhava o ato do Judiciário. Se isso acontece senhoras e senhores, no âmbito do poder que aplica, ou deveria aplicar a justiça, o que acontece nos lugares onde os nossos olhos não acessam? Aquela sessão era gravada, as imagens estão disponíveis na internet para que qualquer um dos senhores ou senhoras possa acessar. Então nessa perspectiva, nós precisamos de uma legislação em perspectiva de gênero. E o que é que isso significa? De legislações que considerem as necessidades, as especificidades e as diferenças das mulheres em relação aos homens, claro. E que não solidifique, não ratifique, não confirme, as muitas desigualdades que a própria sociedade estabelece a partir do gênero, enquanto uma construção social. Então essas leis em perspectiva de gênero enxergam essa realidade



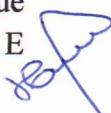
construída pelo conceito de gênero, e é aí que coloca homens em uma posição de superioridade e visa equacionar essas relações, visa dar tratamento equitativo. Nós fizemos um levantamento das leis do município de Patos que estão relacionadas às mulheres. Fizemos uma busca no site da Câmara Municipal pelas seguintes palavras chaves: ‘mulher, mulheres, empreendedorismo feminino e Lei Maria da Penha’. E há três pontos básicos de análise. No município de Patos há duas importantes leis que tratam sobre violência obstétrica, que são de autoria da Vereadora Nadigerlane Rodrigues. O termo violência obstétrica é usado para caracterizar abusos sofridos por mulheres quando procuram serviços de saúde durante a gestação, na hora do parto, nascimento, pós-parto imediato. Não há uma lei federal no Brasil tratando sobre essa temática, e isso coloca Patos em uma posição de pioneirismo. Vejam o quanto é importante esse olhar específico para as questões de gênero. Ouso destacar Vereadora Nadigerlane, que essa lei é fruto do seu exercício profissional, de contemplar o quanto mulheres podem ser violentadas na hora do parto ou, enfim, no momento da gestação. Há pouco tempo assistímos estarrecidos no Brasil, o que aconteceu com aquela mulher em sala de parto. Mas, infelizmente, aqui, no nosso município, o número de leis nesse sentido ainda é muito pequeno, e a efetividade dessas leis é ainda menor. Algumas legislações que se enquadram nessa categoria constituem hoje verdadeiras letras mortas, estão apenas no papel e não têm aplicabilidade prática. Quais ações são desenvolvidas, por exemplo, no programa municipal de empoderamento da mulher na política? Do programa mulher viver sem violência? É realizado, com a constância determinada na Lei, o treinamento de profissionais de saúde que atua nos casos de violência sexual? É feito o acompanhamento psicossocial das mães e das crianças vítimas de violência doméstica que estão vinculadas as creches do município de Patos? Nesse ponto, eu gostaria de fazer um destaque especial a Lei 4.730 de 2016, de autoria da então Vereadora Cláudia Leitão. Essa Lei dispõe sobre o ensino das noções básicas da Lei Maria da Penha no âmbito das escolas da cidade de Patos. E traz uma previsão interessante, que os conteúdos referentes a esta Lei devem ser ministrados ao longo de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Língua Portuguesa, História, entre outras, como Filosofia e Sociologia. Vejam que legislação importante existe no município de Patos desde 2016, e até então não tem a efetividade devida. Duas fases são importantíssimas no ciclo de vidas das políticas públicas: implementação e avaliação. E nos parece que há uma falha em ambas as fases. E isso deve ser naturalmente considerado, se o município de Patos possui um complexo de Leis que considera as especificidades próprias das mulheres, e essas Leis não se efetivam não se cumpre a missão do Legislativo nem a do Executivo. A missão do Legislativo é efetivamente legislar e fiscalizar a atividade do Executivo; e a missão do Executivo é dar execução às Leis e às ações do governo. Então voltemos aos exemplos citados, todos constituem ações importantes, mas não há a pouca aplicabilidade prática. E quando há qual é a métrica, funciona, não funciona? Precisa ser revisto? O que é que precisa ser expandido? O que é que já pode ser desconsiderado, porque já atingiu a finalidade específica? O contrário disso, ou seja, um olhar mais específico pra essas fases de implementação e avaliação é o que causa impacto, é o que nos traz resultados. E agora trarei um exemplo extremamente positivo, duas Leis do município de Patos, a 5.627, de 2021, que institui a Campanha do Agosto Lilás, de autoria do Executivo, e a Lei 5.617,



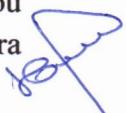
de 2021, que institui no calendário de eventos de Patos a semana municipal de ações voltadas à Lei Maria da Penha, de autoria da Excelentíssima Senhora Vereadora Cícera Bezerra. Estas Leis visam levar a conhecimento, principalmente da comunidade escolar, orientações específicas acerca da Lei Maria da Penha. Destacam ainda capacitação, formação e aperfeiçoamento para os profissionais que atuam direta ou indiretamente com as mulheres vítimas de violência, traz as questões específicas de cursos voltados para a promoção da independência financeira, e estas ações vêm sendo desenvolvidas, sobretudo ao longo deste mês, pela Secretaria Executiva de Políticas Públicas para Mulheres. Então veja o quanto à sociedade ganha quando há sinergia entre os Poderes, quando há uma ação conjunta, uma legislação e perspectiva de gênero, uma implementação dessa legislação, que se espera, claro, que seja avaliada ou reavaliada, na sequência. Mas a proteção das mulheres contra as muitas formas de violência não se exaure neste debate, não se exaure nesse mês de agosto, não se exaure nesta Audiência Pública. A proteção das mulheres é e deve ser sempre holística, deve considerar a totalidade dos aspectos que afetam a vida das mulheres. E, portanto, deve compreender: educação, profissionalização, atenção ao empreendedorismo, incentivo à autonomia financeira, a saúde física, a saúde mental das mulheres. Ainda a assistência maternidade e a primeira infância, sobretudo, das mães de crianças neura atípicas, ou neura divergentes. Se a rede de apoio das mães de crianças típicas já é diminuta, já é reduzida ou inexistente, o que dizer da rede de apoio das mães de crianças neurodivergentes. Então, nesse ponto, é preciso que essas políticas públicas sejam transversais, é preciso fazer mais. É possível fazer mais. É possível construir redes. É importante, necessário condensar o maior número de esforços nesse mesmo direcionamento. Mas o poder público não pode jamais delegar a iniciativa privada as ações mais relevantes nesse sentido. Não pode fazer o mínimo diante de um problema que é macro, nem muito menos ficar inerte em qualquer que seja o aspecto para enfrentamento. Nesse ponto, eu gostaria de fazer um destaque também, principalmente a partir do conteúdo do vídeo que nós vimos há pouco, quando nós trouxemos a responsabilidade do poder público devemos também trazer a nossa responsabilidade enquanto integrantes da sociedade civil organizada. E há de minha parte, e parte desse Coletivo que eu hoje aqui represento, uma preocupação muito grande com a colocação sobre as mulheres do peso de enfrentar a violência doméstica e familiar, do peso de enfrentar a violação aos seus direitos. Então é muito temerário quando nós dizemos que as mulheres precisam ter coragem de denunciar. O contrário de coragem é covardia, e a covardia é do agressor e não da mulher em situação de violência da mulher vítima. Nesse sentido, é interessante que nós, poder público, sociedade em geral, possamos efetivamente dar condições pra que essas mulheres possam fazer a denúncia quando a situação de violência se estabelece. Um caminho para essas condições é esse estabelecimento de legislação, é essa implementação e essa fiscalização constante de todos nós enquanto sociedade. Torno a perguntar senhoras e senhores, para que a reflexão permaneça, nesse momento em que encerro as minhas palavras. O que ficará desta noite? Quais são os frutos desta Audiência Pública? Pela atenção dispensada por todos e todas, fico grata. Boa noite.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a Senhora **Rose Xavier, Assistente Social do CRAM:** “Boa noite, gente. Esse meu silêncio foi proposital. Eu quis deixar esse silêncio em nome dos milhares de mulheres que já



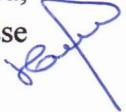
foram silenciadas e que ainda estão sendo silenciadas no nosso País. Primeiramente, eu quero saudar a todos que compõe esta nobre Casa, todos os convidados aqui presentes. Agradecer especialmente a Tide pelo convite. Muito obrigada, Tide. Eu me senti muito honrada com o seu convite. Bom, pra quem não me conhece, eu me chamo Rose Xavier, sou Assistente Social do Centro de Referência de Atendimento a Mulher deste município, e esse mês a gente está comemorando esse Agosto Lilás, um mês importante pra gente, que eu faço parte também da Secretaria da Mulher. O nosso órgão faz parte da Secretaria Executiva da Mulher de Patos. E esse mês a gente comemorando esse Agosto Lilás, a gente comemora essa Lei Maria da Penha, que visa à proteção das mulheres vítimas de violência de gênero. E a Lei é um marco histórico, como as doutoras aqui já falaram, e uma vitória também, servindo inclusive de modelo para outros países. E está em constante avanço pra tornar a estatística de violência cada vez menor. Esse ano a Secretaria Executiva da Mulher e o CRAM estão trabalhando em parceria com outras secretarias e órgãos do município, como o CREAS, que estão aqui representados também. E assim como a Maria da Penha, contribuir para a diminuição dos índices de violência, através da psicoeducação com adolescentes nas escolas do município e do estado. O objetivo é justamente conscientizar esses adolescentes a respeito das expressões e atitudes machistas, que muitas vezes antecedem e até justificam a violência. E é importantíssimo que, principalmente as meninas, entendam e consigam identificar as situações de violências antes que elas aconteçam de fato. Para se ter uma ideia, nesse primeiro semestre de 2022, a Delegacia da Mulher totalizou o quantitativo de (126cento e vinte e seis) casos de violência em mulheres acima de dezoito anos. E nesse mesmo período foi realizado quatorze atendimentos no CRAM, logo após a campanha do ‘não a violência doméstica’, que trouxe uma maior visibilidade e encorajou mulheres a buscarem os serviços. Em um estudo realizado na Paraíba, foi demonstrado que mulheres vítimas de feminicídio nunca procuraram os órgãos de proteção. Então a gente entende que as mulheres que procuram os serviços não são vítimas de feminicídio. Então o trabalho da rede de proteção é importantíssimo. E hoje no nosso município a gente encontra com uma rede de proteção à mulher completa, especializada, como a Delegacia da Mulher, o CRAM, o CREAS, a Maternidade, que é referência de mulheres vítimas de crimes sexuais, tornando mais fácil a procura e o acesso aos serviços que auxiliam no rompimento do ciclo da violência. E o CRAM, gente embora com baixa demanda é um órgão necessário, pois ele oferece as mulheres um acolhimento humanizado, uma escuta sem julgamentos, e uma apoio essencial fortalecendo e ajudando essas mulheres a buscar mecanismos que possibilitem a saída dessa situação de violência. A criação dessas políticas públicas é importante, pois permitem que essas mulheres aprendam a lidar com essa realidade, pois em nossos atendimentos é possível perceber que o principal fator que dificulta essa saída é o medo. E não é o medo somente dos seus companheiros, é o medo da fome, da dificuldade financeira, do julgamento da família e da sociedade, de ficar sem seus filhos, dentre outros. O nosso trabalho é lento e diário, pois aos poucos vamos desconstruindo esse tabu, que é a violência doméstica. Eu sei que muita gente fala que pra sair de um relacionamento violento é simples, é só ir ali à Delegacia da Mulher, não é doutora Silvia, chegar lá se separar do companheiro e seguir com a sua vida. Bem que poderia ser assim, mas o problema é bem mais profundo do que a gente pode imaginar. E



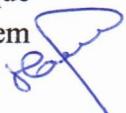
eu gostaria aqui de contar uma história para vocês, a história de uma conhecida minha chamada Maria. E é importante dizer que quando ela começou com esse relacionamento com o seu agressor ela tinha por volta os seus vinte e poucos anos, e no começo, como todo relacionamento, foi só flores. Maria se sentia acolhida, amada, desejada e protegida. Até que algumas situações começaram a mudar, o seu companheiro começou a sentir ciúme de tudo, implicava com as roupas, o batom que ela usava, as amizades, e até sua maneira de falar, e a sua risada. A risada era espontânea de mais. Mas ela achava que aquilo era só cuidado, ele falava isso pra ela: 'eu estou cuidando de você, eu estou te protegendo'. Até que aconteceu a primeira situação de violência. Ela estava em um restaurante com seu companheiro, mais um casal, estavam lá se divertindo, e em certo momento ela foi até o banheiro. Como num restaurante, muita gente, tinha fila pra ir até o banheiro, e ela ficou lá na fila, entrou no banheiro, saiu quando ela voltou, ele já estava diferente com ela. E ela sem entender o que estava acontecendo, e perguntando o que foi, o que foi, o que está acontecendo, e ele: 'eu vi'. 'Viu o quê?' 'Eu vi você conversando com um homem na fila do banheiro'. Aí ela: 'mas isso não aconteceu. Isso não existe, isso não aconteceu, não é verdade'. E ele: 'Foi. Você estava conversando com um homem lá'. Isso a noite foi muita discussão, até chegar em casa foram várias discussões onde ela foi xingada de várias palavras, e quando chegou em casa ela apanhou. E ela não entendia, não entendia o porquê. Por que eu apanhei se eu não fiz nada? E é interessante que quando a mulher está numa situação de um relacionamento abusivo, ela começa a questionar até sua sanidade mental. E ela ficou se questionando: 'será que eu falei com alguém? Será que eu falei com algum garçom, e ele viu isso e entendeu errado? Será que aconteceu isso? Não estou entendendo, por que que eu apanhei?' Bom, no outro dia ele falou que aquilo tinha acontecido. Mas ela disse: 'mas você me bateu, não tinha necessidade de acontecer isso. Isso não aconteceu. E se eu falei com alguém não foi pra tentar te traer ou alguma outra coisa'. Ele disse: 'mas você acha que eu bati em você'? Você que esse machucado, aí isso é bater? Se eu tivesse de te bater, eu ia te quebrar inteira, olhe meu tamanho pra você'. E ela: 'é mesmo, não é? Realmente, isso não é bater não. Eu acho que não é'. A gente começa a entender: acho que não era isso não, realmente ele não me bateu. Pois bem, ela achava que aquilo era só cuidado, ele falava, e as coisas foram ficando cada vez piores, qualquer discussão era motivo pra agressão. Aquela relação que parecia tão bacana, já não era mais tão bacana assim. E aí ele começou o segundo processo de um relacionamento abusivo, que é minar sua autoestima. 'Você está ficando feia, aquela tua amiga ali é gata não é? Você poderia se ajeitar mais. Está parecendo uma baranga. Você não sabe fazer nada direito, só eu mesmo pra querer uma louca como você. Você não serve pra nada, ninguém vai te querer. A culpa é sua'. Bom, aconteceu outra situação. Em uma festa onde eles estavam curtindo, o agressor dela começou a flertar com outra mulher lá. E obvio que Maria não iria aceitar aquela situação. Como é que ele está comigo aqui, estou bonita, vim muito bem arrumada pra festa, como ele queria, como é que ele está flertando com ela, e eu aqui do lado? Isso é um desrespeito'. Qualquer mulher faria isso, qualquer mulher questionaria. Bom, ele não aceitou os questionamentos. E nesse dia ele bateu nela de novo, só que nesse dia foi um pouco pior, além dele bater nela e de xingar de todas as palavras possíveis, ele arrastou pelos os cabelos até chegar em casa. Ela ficou toda machucada. E nesse dia foi a primeira



vez que ela teve coragem de ligar pra polícia. Ela chegou a ligar, e quando ela começou a falar, os policiais estão aqui, fica aquela situação: ‘mas o que está acontecendo?’ A atendente. E na hora que ela foi contar, ele ficava do lado: ‘é isso que você quer você quer, que eu seja preso. Você quer acabar com nossa família. Tá vendo o que você quer? Foi isso o que você procurou, eu não fiz nada, e a culpa é sua. Você que provocou essa situação’. E ela desligou o telefone. E aconteceu de novo, porque, assim como num círculo de violência, no outro dia, volta o arrependimento. Vem o ápice, que é a violência, e depois vem a fase do arrependimento: ‘eu me arrependi, nunca mais vou fazer isso com você’. E vem aquela fase de só flores, voltava aquela paixão tudo de novo, tudo muito bem. E aconteceu uma terceira vez, depois de outras. Isso são histórias específicas. Então nessa outra vez que aconteceu, ela tinha chegado do trabalho, nesse dia ela tinha perdido o ônibus que ela costumava pegar, e ela acabou se atrasando pra chegar em casa. Nesse atraso, quando ela chegou em casa ele já começou a xingá-la, debaixo do prédio até lá em cima. E quando chegou lá em cima, no apartamento, ela apanhou muito nesse dia, muito. E nesse dia foi aquele lapso que dar, dela querer reagir. E a única coisa que ela viu na sua frente foi uma panela. Ela pegou essa panela bateu nele, acabou cortando o seu rosto. Mas as formas que ele batia nela ele já era muito experiente, ele só batia aqui na cabeça, onde não apareciam as manchas. Só que na reação dela ela acabou cortando-o. E pasmem minha gente, sabe o que foi que ele fez? Ele ligou para a polícia. Isso mesmo, ele ligou para a polícia, a polícia foi até a casa deles. Ela entrou na viatura muito envergonhada, porque para uma mulher é terrível esse tipo de situação. E no caminho, por sorte dela, e na época não se falava muito na Lei Maria da Penha, era muito recente, ela foi conversando com esse policial, e acabou que ele amenizou a história, pediu pra que aquilo ali deixasse por ali mesmo. E, graças a Deus, ela hoje não responde um processo por agressão, porque ela ficou com muito medo. Como ela não entendia de Lei, ela era altamente leiga, na época, ela ficou com medo de ficar presa. Se ele estava lá com a lesão, e fosse fazer o exame de corpo delito, ela ia ficar. Então, gente, isso foram situações que eu contei que essa mulher passou, mas essa história ela teve um final feliz, ela conseguiu romper o ciclo de violência. Ela precisou de muita ajuda, ela contou com ajuda de pessoas, de ajuda profissional. Ela não virou estatística, que é o que a gente mais teme, que as mulheres virem estatísticas de violência, de feminicídio. E hoje ela é casada, ela tem um companheiro que valoriza ela, que a incentiva, torce e se alegra com suas conquistas. E hoje ela entende que o amor ele não é sinônimo de sofrimento. Eu sei que a gente hoje em dia tem aquele negócio de ouvir essas músicas assim de sofrência não é, e a gente fica: ‘ah, amor é sofrido, a gente sofre por amor. É muito bom sofrer por amor’. Aí está tomando aquela cervejinha e sofre. Mas o amor não é sofrer, o amor é resiliente, o amor ele é leve. E o ciúme não é o tempero do amor, o ciúme é perigoso. E eu resolvi gente contar essa história aqui, porque eu precisava que vocês entendessem que assim como ela, muitas mulheres não denunciam. Mas eu vou ser honesta com vocês, eu vou falar a verdade, essa história não é de Maria não, essa história é minha. E eu resolvi contar justamente porque eu nunca denunciei. Muitas mulheres, gente, não denunciam por medo, por falta de informação, por julgamento. O julgamento é o que piora tudo. E a violência não tem classe social, ela está na periferia, ela está na alta sociedade, ela está na política, quando uma parlamentar é silenciada; ela não escolhe raça e muito menos religião. Nesse

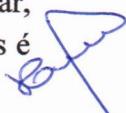


momento, muitas mulheres estão sendo violentadas ou ainda vão ser. Estima-se que metade das mulheres do nosso país ou estão em situação de violência, ou conhece alguém que está passando. Então a gente pode dizer que metade das mulheres que estão aqui conhece alguém ou já passou por uma situação de violência. E aqui eu sei que eu não sou a única que passou por isso, tem a história de Bruna, que está ali, que passou por uma situação de violência, aonde chegou a pesar quarenta e oito quilos. Tem a história de Noeli, que está aqui também. Minha amiga parceira, que também passou por situação de violência, onde foi ameaçada até de morte. E tantas outras que eu ainda não conheço a história, mas em algum momento da sua vida passou por uma situação de abuso. É por isso que eu enalteço e eu parabenizo a nossa equipe do CRAM: Noeli, nossa psicóloga que citei aqui; Bruna, nossa advogada; Nina, nossa enfermeira; Aline, nossa técnica administrativa, todos que compõe a Secretaria da Mulher como: Mirely, Joyse e, especialmente, a nossa Secretária Brígida, que vem fazendo um trabalho excepcional à frente da Secretaria. Brígida, eu também quero deixar o meu agradecimento pela a sua confiança a mim. Muito obrigado. Não pense que é fácil, por muitas vezes nós como profissionais nos sentimos frustrados por não conseguir que a mulher chegue ao fim desse processo de rompimento. Mas nos sentimos realizadas quando elas conseguem quebrar o ciclo. A gente tem casos no CRAM onde a gente conseguiu chegar até o fim desse processo, mas não são todas. É muito difícil. E ser mulher nessa sociedade machista e misógina é como ter um alvo nas nossas costas, nada nos pertencem: nosso corpo, nossos desejos, nossos sonhos e ambições. Mas nós não nascemos assim, nós somos ensinadas: ‘senta direito’, quem não já ouviu isso aqui, não é? ‘Feche as pernas’. ‘Não pode gargalhar em público, que é feio’. ‘Mocinha não fala palavrão, não é Bruna?’ E a gente acaba permitindo que nos diga o que vestir, como comer, como devemos viver. E viver também em busca de um corpo, que é estabelecido por essa cultura machista. Lidamos com assédio, pedofilia, culpa. Se nós tivéssemos crescidos vendo mulheres reais nas passarelas, na televisão, nas revistas ou em espaços de poder como a nossa Presidente aqui, como as demais vereadoras, que são nossas representantes, essa imagem do que é ser mulher ideal seria diferente. No entanto, quando tudo que sabemos ser aceito é a perfeição, nós buscando isso através dos filtros no Instagram. Às vezes eu uso também. Bom, também no risco de uma cirurgia plástica. E eu não estou dizendo que a gente não possa querer ficar bonita, querer fazer um Botox, querer fazer uma cirurgia plástica. É normal. Mas em muitos casos não é pra que ela se sinta bem consigo mesma, e sim pra se encaixar nos padrões. É aí que mora o perigo. E sempre aparece aquele que diz: ‘ah, isso não existem não, hoje em dia as mulheres são livres, têm a mesma liberdade que os homens’. Não, nós não temos. Está longe disso. O mundo é especialmente difícil para nós mulheres. O preconceito, a violência, as cobranças. As cobranças são as piores. A gente já conseguiu muito, nas últimas décadas, como a Lei Maria da Penha, especialmente. E ainda é muito difícil, de vez em quando caímos, e nos levantamos. Mas, gente, eu acredito na união entre as mulheres, na nossa força, na ideia de cuidar uma das outras, mesmo discordando, mesmo falando que a outra está fazendo tudo errado, porque foi assim que essa sociedade machista nos ensinou a pensar. E eu acredito que se dermos as mãos umas às outras, nós vamos conseguir deixar para as próximas gerações a mensagem de que através da nossa união vamos ter uma sociedade sem machismo, sem padrões e sem

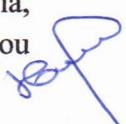


violência. Mas, sim, com igualdade, cuidado, respeito e, o principal, liberdade. Muito Obrigado.” A Senhora Presidente disse: ‘Muito obrigado pelas palavras, muito obrigado.’ Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes**: “Excelentíssima Senhora Presidente, na sua pessoa eu quero cumprimentar toda Mesa Diretora desta audiência, cumprimentar as demais autoridades que se encontram aqui nesse plenário. Cumprimentar esses grandes homens e mulheres que se encontram no auditório, cumprimentar só com a cabeça pessoas que a gente não pode citar o nome, mas agradecer pela presença. Nós havíamos acordado, no início dos trabalhos, que apenas a Presidente Tide falava, porque ela muito bem nos representa. Mas após a fala da Doutora Daniele Lucena, que aqui muito bem nos representou doutora, a gente viu a necessidade de vim a esta tribuna, para poder contribuir com essa audiência, haja vista que a Doutora Daniele nos trouxe algumas indagações. E o Poder Legislativo, na oportunidade desta audiência, também precisa prestar contas dos seus trabalhos. O intuito maior dessa Audiência Pública, que eu fui procurada, recentemente, por Samara, Presidente do Conselho, fui procurada por Pastora Joana Darc, essa grande mulher, pra que nós trouxéssemos esse debate para a Câmara sobre a importância do ‘Agosto Lilás’. E por diversas vezes, eu recebia recados de Brígida, Secretária da Mulher, que queria sentar comigo, e me convidando para os eventos. Como vocês sabem, eu estou no meu terceiro mandato, e o nosso mandato é praticamente, em sua maioria, voltado para a defesa da mulher. Só que como ser humano eu também tenho as minhas fragilidades. E eu confesso aos senhores que nesse terceiro mandato eu estive um pouco ausente, mas não foi só desses debates, eu estive ausente de vários debates. Porque, infelizmente, eu tive um problema de saúde e precisei me recolher, porque a gente precisa entender o momento em que a gente precisa de área verde. E eu precisei, porque como ser humano a gente precisa entender quando a nossa mente dar sinais de que precisa desacelerar. E foi isso que eu fiz. Agradeço a Samara e a Pastora Joana, porque, praticamente, eu estou voltando hoje nessa Audiência. Eu vinha para a sessão, mas está aí a Presidente que sabe, minha amiga Doutora Mayres, que me apoiou em todos os momentos. Como estava sendo difícil pra mim. Eu precisava estar aqui, porque a gente tem um Regimento a cumprir, e a gente tem um número de faltas, mas, infelizmente, eu não me sentia motivada para o trabalho, porque a minha mente pedia que eu precisava descansar. E quando Pastora Joana me procurou, com Samara, eu disse: vamos abraçar. Conversei com a Presidente Tide, e aqui eu já agradeço, Presidente, por todo o apoio que a senhora nos deu, Vereadora Fatinha, Vereadora Fofa, e desde já eu agradeço a todos vocês que aqui estão.

Esse momento só vai ter o resultado que terá porque vocês estão aqui. É a presença de vocês que faz diferença. Por mais que a gente tenha feito um vídeo lindo, que a Presidente teve a iniciativa, lacinhos, esses botons, tudo está muito organizado, mas quem está fazendo toda a diferença aqui é a presença de vocês. Porque Dra. Daniele, a senhora falava brilhantemente sobre estar aqui representando mulheres, e eu confesso a senhora, dentro dos desafios que nós mulheres enfrentamos, estar aqui também é um desafio. Cláudia Leitão já passou por aqui e sabe como é difícil ser legisladora, como é difícil ser legisladora mirim. Existe uma pesquisa do Senado Federal, não é muito recente, mas é a pesquisa que tem que eu posso me basear, o Poder Legislativo sofre muito a falta de credibilidade. E um dos principais motivos é



porque ele não tem o poder de executar. Nós não temos o poder de executar, por isso que nós convidamos vocês aqui, para unirmos forças, porque a gente tem muita força de vontade, mas, infelizmente, nós não estamos conseguindo tirar as nossas leis do papel. Isso é uma realidade, não é Presidente? Nós não estamos conseguindo tirar nossas leis do papel. Se vocês fizerem uma pesquisa, como Dra. Daniele fez, nós temos inúmeras leis importantes, a exemplo da que ela citou aqui, mas eu posso citar aos senhores que nós temos uma lei, que é pioneira no Brasil, que a lei que trata sobre o direito a mulher de elaborar o seu plano de parto. Nós sabemos que a violência obstétrica acontece, e, em sua maioria, é porque a mulher recebe várias imposições, na hora do parto, e a vontade dela nunca é respeitada. Violência obstétrica, eu posso resumir em duas palavras: falta de respeito. Violência obstétrica é você não respeitar a mulher com a autonomia que ela tem que ter no momento do parto. Infelizmente os profissionais de saúde chegam e impõem à mulher que ela vai parir na posição que está sendo usada há vários momentos, e não está nem aí para as evidências científicas, profissionais que não se atualizaram. A Organização Mundial de Saúde diz que a melhor posição para a mulher parir é a que ela quiser, a que ela se sente melhor. Mas, infelizmente, não é isso o que acontece. É imposta a mulher que ela tem que ir para a mesa de parto, então isso é violência obstétrica. Nós temos uma lei em nosso município, também de nossa autoria, que regulamenta e que institue quais são as práticas de violência obstétrica. A Lei do Plano de Parto, o objetivo é esse, que a mulher sente com sua equipe e ela diga como é a assistência que ela quer no momento do parto. Tem mulher que não quer se submeter a uma tricotomia, que é a raspagem da pele para a retirada dos pelos. Isso é um direito da mulher. Não precisa que a mulher para parir, ela esteja totalmente depilada. Não! A mulher vai parir, e não tem nenhum documento que diga que tem que ser feito a tricotomia. O Plano de parto é para isso, que a mulher seja respeitada na sua individualidade. E essa nossa lei é pioneira. E vocês não sabem da dificuldade que é quando a mulher chega à Maternidade, que ela apresenta esse plano de parto. Por diversas vezes ela tem que ligar pra mim, e eu tenho que ir lá para que as pessoas aceitem o Plano e Parto dela. Nós temos uma lei que regulamenta em nosso município a Lei Federal, que é sobre o direito ao acompanhante. Mas você pode dizer: 'Nadir, a maternidade já cumpre essa lei'. Não! Passou a cumprir. Quando eu comecei como vereadora não cumpria, e quando cumpria era pela metade, dava o direito à mulher ao acompanhante, mas não podia ser o marido. E a Lei Federal diz que o acompanhante é o direito da mulher e quem escolhe é ela. Então a Lei tem que ser cumprida na íntegra. O nosso desafio foi esse. Nós temos uma lei que dá direito à mulher a um estacionamento prioritário. Imaginem os senhores, que Patos nunca tiraram essa lei do papel. E não quero aqui citar gestão A ou B, não, eu estou dizendo nunca! Todos que passaram nunca cumpriram esse papel. Já chamamos a STTRANS para falar sobre isso, em gestões passadas, três ou quatro vezes. Até o adesivo foi elaborado, mas não saiu do papel. Infelizmente! Mas nós já tentamos muito. Agora imaginem os senhores o quanto é difícil, hoje, estacionar o carro hoje, no Centro de Patos, que onde funciona o maior fluxo do comércio, para todos nós, imagine para a mulher gestante a dificuldade que é, ou uma mulher com um bebê no colo, que também a lei contempla. Mas, infelizmente, para eles, é como eu dizia de manhã, é 'mimimi'. E eu digo, 'mimimi' é o que dói pouco, violência, falta de respeito dói muito. Nós temos uma lei, e vou concluir Senhora Presidente, eu vou



prestar contas aqui, que cria a Patrulha Maria da Penha em nosso município, uma lei de nossa autoria, para que a mulher vítima de violência, sob medida protetiva, tenha uma equipe patrulhando, Senhora Tenente, aquela área, como forma do município apoiar a Polícia Militar, que a gente sabe que trabalha de forma muito sobre carregada. Essa lei também nunca saiu do papel, e nós já pedimos muito, mas essa lei nunca. Agora imaginem os senhores, se o agressor soubesse que aquela mulher que ele agrediu, que está sob medida protetiva, que naquele momento não tem como Dra. Sílvia olhar por aquela mulher, porque Dra. Sílvia não está na casa dela, tem uma equipe multidisciplinar circundando a casa dela, sem dizer o horário certo, mas vai estar lá próximo a essa mulher. Imaginem se nós tivéssemos um mapa dos bairros onde tem mulher vítima de violência, sob medida protetiva. Ajudaria, não ajudaria Dra. Sílvia, Dra. Daniele? Mas, infelizmente, essa nossa lei não saiu do papel. Nós temos uma lei, em nosso município, sobre o direito a amamentação, eu não sei se foi em Patos essa Audiência que a senhora citava Doutora, que a mulher pode amamentar onde ela quiser. Eu não sei no município dessa mulher tem essa lei, mas em Patos tem, que dá direito de a mulher amamentar onde ela quiser e onde julgar necessário. Nós conseguimos em nosso município o funcionamento da Delegacia da Mulher nos finais de semana, porque nós sabemos que o agressor é quando ele usa do artifício que foi a bebida, que não foi a bebida, foi a covardia, mas ele diz que bebeu, e por ter ingerido álcool, ele praticou atos violentos contra a mulher. Nós conseguimos em dois mil e treze, que a Delegacia da Mulher funcionasse nos finais de semana. Recebi a informação de que não está funcionando, em virtude da pandemia, foi feito um fluxograma, e também por conta de pessoal. Nós sabemos que o problema de pessoal em relação a Polícia Civil, a Polícia Militar é um problema sério que nós temos, porque os gestores querem arrumar forma de economizar no serviço público. Eu sempre digo que eles economizam de forma errada, porque eles sempre querem economizar nos recursos humanos, mas, infelizmente, é aí onde falha, porque o recurso humano é o que nós temos de melhor. Infelizmente sobre carrega os trabalhadores e, com isso faltam também assistências para outros setores. Essa sobre carga, desde quando a gente conquistou, lutava pela POLINTER em Patos, que a gente conquistou, o governo, depois, colocou uma empresa para prestar esse serviço, que, infelizmente, a resposta de que tem pouco pessoal já existia. Eu não quero ser repetitiva, porque me senti extremamente bem representada aqui nas falas que me antecederam. Eu só queria prestar contas, agradecer as pessoas que me antecederam. E de forma muito especial dizer a Dra. Daniele que a sua fala também já contribui muito como propositura. Teve aqui colocações que a senhora fez que nós já temos em nossa Casa, mas eu tenho certeza que muito irá contribuir dentre as proposituras que a senhora trouxe. E o intuito é esse, nós chamamos vocês aqui para que dessa Audiência saia uma comissão, e a gente vai elaborar um documento, dentre as proposituras que vai surgir agora, juntando das senhoras, Dra. Daniele Marinho e Dra. Daniele Lucena. A gente vai juntar Samara, todas essas proposituras e vai escolher aqui uma comissão, e essa comissão nós vamos solicitar da Presidente Tide, uma reunião com o Prefeito Nabor para que a gente sente com ele, e não só entregue. Documentos, o Prefeito recebe muito todos os dias, mas que a gente sente com ele e lei cada ponto desse pleito. Inclusive, o terreno da Delegacia da Mulher, que foi uma propositura nossa, por diversas vezes, nesta Casa, mas que o prefeito colocou no

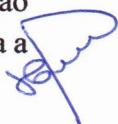


seu plano de governo, e nós vamos provocá-lo para que ele doe. Eu só quero concluir, dizer o seguinte: eu vi uma frase ontem, que eu achei muito importante, e que sirva para essa Audiência, é uma mensagem de todas nós aqui: Vereadora Fatinha, Vereadora Tide, que dizia o seguinte: ‘Sozinha eu ando bem, mas com você eu ando melhor’. Então nos ajudem-nos, vamos unir forças e cuidar de nossas mulheres. Muito obrigada.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **Pastora Joana Darc**, que disse: “Boa Noite a todos e a todas que se encontram nesse espaço. Saudar a Mesa, na pessoa da nossa Vereadora Nadir, agradecendo também a cada Vereadora que participou, contribuiu que esse momento fosse realizado. Agradecer a presença de todos os presentes aqui, que atenderam os nossos convites, que a Presidente da Câmara colocou à disposição, também a Vereadora Nadir, para que nós pudéssemos entregar convites. E agradecer a todos que compareceram, que vieram para participar deste momento. Realmente é um momento muito especial. E quero agradecer a presença das funcionárias desta Casa. Eu estive um tempo nesta Casa e conquistei muitas amigas. Quero parabenizar pelo excelente trabalho que elas desenvolvem, porque tudo está tão bonito, especialmente porque eu entendo que elas garantiram para que esse momento estivesse belo assim. Parabenizo cada uma das funcionárias desta Casa, que eu tive a oportunidade de conviver, e as que estão aqui mais recentemente. Agradecer a Vereadora Nadir, essa amiga anos. Eu tenho muito carinho por ela, muito carinho mesmo. E entendo que, independente, ela sabe muito bem disso, quem convive comigo sabe, a gente sabe trabalha a política pública, nunca a política partidária. E é isso que me motiva. O trabalho nosso deve ser dentro da política pública. Eu entendo que muitas vezes quando você vem pra veia da política partidária, as divisões acontecem. A política da mulher, da criança e do adolescente, a gente trabalha nessa linha. Eu queria aqui lembrar que este ano a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher está completando vinte e cinco. Anos. Dia vinte e quatro de outubro, eu acho que a gente vai comer bolo com a Dra. Sílvia, se Deus quiser, quem sabe. Agradecer a Deputada, que a época fez essa propositura, e conseguiu a instalação da Delegacia da Mulher, não posso citar o nome, mas agradecer pelo empenho para que Patos tivesse a sua Delegacia da Mulher. Eu queria deixar registrada nossa homenagem também a uma mulher muito especial, chamada Francisca Vasconcelos. Francisca Vasconcelos foi a primeira Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em nossa cidade, e Francisca não mora, mas em Patos, mas é a referência municipal de resistência e de luta pelos direitos da mulher. Sofreu muitos preconceitos, muita discriminação, mas nunca recuou na sua luta pelos direitos das mulheres, especialmente as mulheres que eram discriminadas ali onde nós chamávamos a Beltrano de Azevedo, a região do baixo meretrício, que ela trabalhou com mulheres que estavam em situação de prostituição, que eram extremamente discriminadas. Posteriormente a associação mudou, se tornou Associação de Apoio a Mulher, mas a primeira Associação que nós temos como referência na luta pelos direitos da mulher na cidade de Patos. Depois tornou-se a SAMP, atendendo todas as mulheres dentro do nosso município. Parabenizar a Dra. Sílvia, pelo trabalho dentro da DEAM. Lembrando que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher essa é a nossa porta de entrada principal, mas também nós temos o CRAM e CREAS, também as Unidades Básicas de Saúde. Entendo que nós precisamos cada vez mais trabalhar na sensibilização, compreendendo o grave problema da violência. Eu disse



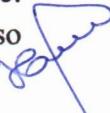
em outros momentos, que os agentes, os ACS, poderão contribuir muito para que essas mulheres sejam motivadas a denunciar, porque eles estão nas casas das famílias, e eles convivem no seu dia a dia, percebem a situação de violência e podem contribuir também, incentivando essa mulher a denúncia, ajudando essas mulheres que ficam fragilizadas, que realmente não são covardes, como a Dra. Daniele citou muito bem, o contrário da coragem. Mas, normalmente, são mulheres que têm sua autoestima reduzida, e elas precisam se reconhecer, aprender a ser verem como mulheres capazes de romper esse ciclo, como Rose bem falou. Eu queria deixar um texto da palavra de Deus, que diz assim: ‘O homem deve amar sua mulher como Cristo amou a igreja, e assim mesmo se entregou por ela’, o amor sacrificial. A palavra de Deus preza para que o homem zele pela sua mulher, não incentiva a violência. Por isso que hoje a nossa igreja e muitas outras igrejas têm incentivado as mulheres vítimas de violência a fazerem suas denúncias. É um processo de aprendizado que tem acontecido no meio evangélico das comunidades, mas tem havido um incentivo a isso. A nossa, especialmente, tem uma área de proteção, que incentiva as denúncias de violência contra a mulher e contra a criança e adolescente para trabalhar na proteção. Eu queria apresentar algumas propostas nesta noite. Que se consolide, a Vereadora Nadir citou, eu já tinha anotado, a doação do terreno à Delegacia Especializada. Vereadora Tide, como Presidente desta Casa, existe uma norma técnica que estabelece como deve ser, como é o padrão de construção para uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Patos, pela importância do município, nós já poderíamos ter uma Delegacia, nesses moldes, construída. Dentro da questão da Delegacia da Mulher, Dra. Sílvia sofre o que outras Delegacias Especializadas sofrem, pela falta da sua equipe multidisciplinar, extremamente necessária. Delegacia Especializada da Mulher sofre pela falta também, inclusive até, de um servidor. Desculpe aqui eu me meter na sua Delegacia, Dra. Sílvia, mas de um servidor para que faça os serviços, a limpeza da Delegacia Especializada, que é algo eu entendo também que o município poderia, nessa parceria com a Delegacia, proporcionar um servidor para que faça esse serviço de higienização, de limpeza na Delegacia Especializada. Eu queria também lembrar aqui, que a Vereadora Nadir que já citou, sobre a questão da Patrulha Maria da Penha, localmente, mas também do governo estadual, como a Samara Oliveira já colocou. Já foi apresentado, inclusive, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, à Polícia Militar, essa possibilidade da implantação. E como ela já falou, requerida ao governo do estado. Basicamente são algumas proposituras que anotei aqui, e acredito que outros poderão contribuir bem melhor do que eu, mas aqui era o que eu queria participar. E agradeço a oportunidade de falar nesta noite. Muito obrigada. E agradeço todas vocês a homenagem. Eu não faço nada para receber louros, eu faço porque eu aprendi a me comprometer com a Política da Criança e Adolescente e com a Política da Mulher. Eu não tenho intenções políticas, eu não tenho nada disso, mas me satisfaz vendo uma mulher sendo protegida, uma mulher podendo viver livre, como Rose falou. E cada dia mais estou à disposição para contribuir como igreja, também, porque a igreja procura fazer isso, ter outro olhar para a mulher. Eu só queria fechar uma coisa, eu já tive a oportunidade, anos atrás, em deixar detido, quando a gente podia em outros momentos, um homem da igreja que cometeu violência contra a mulher, porque a igreja não quer proteger o agressor. Ela tem a responsabilidade de proteger a vida. Obrigada.” Atendendo

convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **Secretária Brígida**: "Mas uma vez, boa noite a todos. Peço permissão a todos os presentes, para ao invés de fazer uma saudação, já que foram feitas tantas, fazer Presidente Tide, só uma fala de agradecimento. Quero começar agradecendo aqui a Dra. Sílvia, porque de todas as pessoas, eu já passei o olho aqui várias vezes, independente das pessoas que estão, mas de todas as pessoas que estão aqui hoje, eu acho que a menos me conhecia antes do dia sete de março, era Dra. Sílvia. Falei com ela no dia sete, fazendo o convite, para estar no dia oito de março na secretaria, no dia oito fomos apresentadas. E desde então, Dra. Sílvia teve uma fala de acolhimento, atitudes de acolhimentos e de respeito comigo. Então isso é muito importante. Gratidão, Dra. Sílvia. Porque, usando as palavras de Rose, não é fácil estar à frente da Secretaria, não é fácil estar à frente, e ser rotulada como uma pessoa que tem que fazer atividades diferenciadas com relação a violência contra a mulher, com relação as mulheres. Na sua fala, Nadir, na sua última frase, eu me lembrei da frase que eu uso desde o dia em que o Prefeito Nabor me deu posse na secretaria, que é: Sozinha eu não posso, eu preciso de ajuda. Sou humana, sou falha, tenho os meus defeitos, mas não deixo de ter minhas qualidades. E quando eu falo em qualidades, eu lembro da mulher que me criou, que não foi só minha mãe, que é minha avó. Eu não queria estar aqui hoje, eu queria estar com ela, porque ela está em uma situação difícil de saúde. Comentei isso com Samara quando cheguei. Vim pela obrigação do cargo eu ocupo, não vim na questão de gosto e satisfação, pela situação. Eu quero que todos entendam, mas vim pela obrigação do cargo, porque, felizmente, e infelizmente, a vida continua mesmo a gente estando num momento de dor. E eu entendo a sua fala Nadir, quando você disse que estava precisando recuar. Eu estou precisando, e estou pedindo a Deus que agosto termine, porque agosto terminando, termina todas as obrigações iniciais de palestras. Vou começar a construir o Outubro Rosa, que a gente já vai começar reuniões, essa coisa toda, mas não terei a obrigação de estar presente, como tenho hoje aqui. Então, voltando ao agradecimento, eu quero só agradecer as minhas amigas secretárias, que estão aqui: Pollyana, Mila, com quem eu trabalhei, e a todas as outras que me acolhem todos os dias quando eu procuro. Agradecer também a equipe do CRAM. Peço permissão a Nina, a Joyce, para agradecer hoje, principalmente a Noely, a Rose e a Bruna, que são mulheres que têm crianças em casa e que deixam todos os dias para ir servir, porque independente de ganhar seus salários, elas estão servindo. Eu costumo dizer que fui muito abençoada com a equipe que me foi confiada, às 12 (doze) pessoas, porque como Dra. Sílvia sempre diz, é uma equipe diferenciada a equipe do CRAM. E esse mês, principalmente, elas estiveram até hoje, que não terminou ainda, em onze escolas e falararam para seiscentos e sessenta alunos de 9º (nono) ano. Então, quantas pessoas a gente já não conseguiu levar uma fala diferenciada neste mês de agosto, neste Agosto Lilás. Nós estamos plantando a semente, estamos fazendo diferenciar. Na verdade, nós estamos tentando, não estamos fazendo, estamos tentando a cada dia. Quero agradecer também, na pessoa Gislene, a parceria da OAB-Patos. E na pessoa de Roberta Lívia, que está aqui, a parceria da OAB-Paraíba, que ela veio representando na pessoa dela, na pessoa também de Dra. Brenda, que também não pode estar aqui, mas mandou uma mensagem. Eu posso falar de violência, porque eu entendo o assunto, e já sofri algumas situações adversas, familiar, mas não posso falar tão bem na lei, com as Danieles tiveram a oportunidade e falaram. Então é importante para a

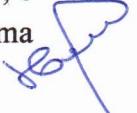


secretaria essa parceria com a OAB. O Dr. Fred precisou sair, mas faço Gislene, a vocês, e estendo a ele o agradecimento, o acolhimento e respeito com o que a gente é tratada todos os dias. Agradeço também a sua pessoa, Tide. Eu comentei hoje, que eu não lhe conhecia, e a gente tem a oportunidade de conhecer uma pessoa quando a gente senta e conversa com ela. E nós tivemos essa oportunidade, de minutos, sexta-feira. A gente conhece um pouco da pessoa quando para e a escuta. Eu só posso falar daquilo que convivo e aquilo que eu escuto. Pessoalmente a você Fatinha, pela atenção com minha família, pelo respeito, sempre e em todos os momentos, principalmente difíceis, que é o que a gente passa agora. Muito obrigada de todo meu coração. Gratidão. Quero pedir desculpas, em público, a pessoa de Samara, a pessoa da Pastora Joana, no que eu deixei a desejar até hoje, com relação a secretaria. E dizer mais uma vez, que realmente sozinha a gente não consegue e que precisa de ajuda, como Pastora Joana disse esses dias, até no grupo de Conselho, a gente muitas vezes, a gente tem que entender que cada um tem a forma de trabalho. A Senhora disse no tempo que esteve secretária. Realmente, eu tenho a minha forma de trabalho, não vou conseguir agradar a todos, mas preciso da ajuda de todos. Coloco-me mais uma vez à disposição. Agradecer aos presentes, agradecer a pessoa de Camila, que nos acolheu desde sexta-feira, na questão do vídeo. E para mim, a atenção é tudo, que foi o que meus avós e meus pais me ensinaram. E é o que não posso e não quero deixar de ter. Obrigada, Nadir, por ter acolhido o pedido das meninas. Eu entendo e até agradeço por você ter atenção de dizer que realmente eu faço os convites. Mas a gente não se conhece de hoje, eu fui apresentada através de Séfora, do tempo de faculdade, e não precisa ser íntima para saber que na hora da necessidade a gente pode contar. Então, muito obrigada. E obrigada a todos.” A Senhora Presidente disse: “Quero aqui fazer um breve relato, que tenho visto a quantidade de eventos que Brígida tem nos convidado. E também a sua preocupação e cuidado em levar essa Secretaria Executiva das Mulheres. Então, Brígida, os meus parabéns para você e toda equipe. Eu tenho acompanhado de perto seu trabalho, e um dos eventos em que participei, e que fiquei extremamente feliz, foi exatamente o da educação, quando, através do CRAM, vocês estão conscientizando os alunos do 9º ano como devem ser tratadas nós mulheres. Vocês lá não estão trabalhando só as meninas, mas principalmente os meninos. É tão importante aquele trabalho, Brígida, que fiquei extremamente feliz. Desde já, eu peço que esse trabalho não pare, esse trabalho de conscientização continue cada vez mais, porque nós precisamos usar principalmente a educação, para ver se esse machismo um dia possa cessar. Mas a educação é um caminho importantíssimo.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **Senhora Joseni**, representando a Pastoral da Pessoa Idosa: “Quero saudar o plenário, na pessoa da Presidenta Tide, da minha companheira de caminhada e Conselhos, Samara. Saudar o auditório, na pessoa de Alba Lanusa, da Pastoral da Criança, e de pessoas muito queridas que estão aqui, que eu não posso citar o nome, mas se sintam saudadas por mim. Fiquei muito atenta à fala de cada uma que está aqui, tive a oportunidade de participar através de Samara, de lives. Aqui represento a Pastoral da Pessoa Idosa, o Conselho da Pessoa Idosa do Município de Patos e também o grupo de Mulheres Apoena, Coletivo. Em das lives que eu participei, eu trazia uma preocupação referente a violência contra a mulher idosa. Uma grande preocupação, inclusive Daniele estava na live, e a gente trouxe essa inquietação, que é não somente do

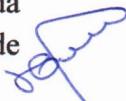
Conselho, mas da Pastoral. E aqui eu descrevi algumas coisas, e eu espero que isso saia dos muros desta Câmara. Talvez a gente sugira uma comissão, uma espécie de documento para elaboração dessa proposta que eu vou colocar agora. Eu coloquei assim: ‘Envelhecer é inevitável em nossas vidas, sendo assim, como sociedade, precisamos de estrutura e organização para lidarmos com o gradual aumento de expectativa de vida das pessoas aqui em nosso município, em nosso estado. Isso porque, com o passar dos anos a vulnerabilidade do nosso corpo e mente aumentam. Diante dessa realidade, é preciso que respostas coletivas sejam implementadas para cada cidadão com mais de sessenta anos possam usufruir da senioridade de forma digna, com segurança, o que, infelizmente, não tem ocorrido no Brasil e no mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, pelo menos 15,7% (quinze vírgula sete por cento) da população idosa está passando por algum tipo de violência, seja ela física, patrimonial, psíquica, restritiva de liberdade, financeira, entre outras. Essas situações de violência contra a pessoa idosa são ações ou omissões cometidas, uma vez ou muitas vezes, prejudicando a integridade física e emocional da pessoa, impedindo o desempenho do seu papel social. A nossa ferramenta para enfrentar, sensibilizar, coibir e amenizar esse sofrimento é a conscientização da sociedade como um todo. Nesse sentido, a Diocese de Patos, em particular, por meio da Pastoral da Pessoa Idosa, tem se mostrado sensível a essa causa, abraçando campanhas como o ‘Junho Violeta’, apoiando projetos como o ‘Cidade Madura’, e atenta a ações propostas pelo Conselho da Pessoa Idosa do município de Patos, e pelas redes de apoio, que visam oferecer proteção social as pessoas idosas’. E aqui eu queria citar o CREAS e os CRAS, nas pessoas das minhas amigas Marcília e equipe. Então, nessa perspectiva, vimos quanto coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa, membros do Conselho da Pessoa Idosa, cidadãos patoenses, propor e solicitar a implantação de uma Delegacia Especializada de Proteção a Pessoa Idosa no nosso município, que tem em João Pessoa, tem em Campina Grande, com o objetivo de realizar a prevenção e repressão de ações criminais e administrativas contra as pessoas idosas. Essa solicitação está respalda no artigo 2º da Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto da Pessoa Idosa. Eu queria pedir a ajuda e colaboração de vocês, no sentido de a gente fazer valer essa proposta, porque as meninas da rede de apoio sabem, nós do Conselho, e nós da Pastoral da Pessoa Idosa, que fazemos visitas domiciliares qualificadas, percebemos o auto índice de violência contra a pessoa idosa, e, principalmente, contra a mulher idosa. Então isso a gente tem tido uma ajuda muito grande, parceria dos órgãos do município, no caso, o CREAS, CRAS, do Ministério Público, na pessoa de Dr. Eduardo. E aqui a gente já faz uma solicitação a OAB para nos ajudar nisso também, porque é alto o índice de violência. Gente, vocês não queiram saber o quanto as pessoas idosas, e, principalmente, as mulheres sofrem. A gente constata. As vezes eu chego em casa com uma sensação de impotência, e vou cair no choro, porque eu sozinha não consigo resolver. Mais é muito bom um momento como esse, da gente poder contar a rede de apoio. E eu queria pedir muito a ajuda de Dra. Sílvia, para gente encabeçar essa campanha, da OAB, desta Casa aqui, que tem o poder de legislar, e a gente tem o poder de solicitar enquanto sociedade civil organizada, às autoridades competentes no município, no estado e de nível nacional. Eu acho que isso deve ser um grito nosso nesta Audiência Pública. Obrigada.” A Senhora Presidente disse: “Josa, muito boa sua ideia, louvável.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso



da palavra a **Senhora Cláudia Leitão**: “Eu gostaria de saudar a todos, em especial a minha amiga Nadir, que além de parlamentar desta Casa, nesses momentos de debates tão importantes se lembra de nos trazer para participar dessa reflexão da importância do tema. Quando a Dra. Daniele trouxe a lei, de minha autoria, eu também tive o trabalho de ver as leis, porque eu estive nesta Casa, no período de 2013 à 2016, e éramos em cinco vereadoras. E dizer que a proposta que eu tinha trazido era exatamente essa, de materializar na vida das pessoas aquilo que nós propomos através de leis. E eu posso citar que tem essa do ensino das noções básicas da Lei Maria da Penha, que tem a que institui o programa municipal ‘Mulher viver sem violência’, a lei que dispõe sobre a garantia especializada na rede de saúde pública municipal às vítimas de violência, que dispõe sobre o uso de espaços públicos para publicidade de campanhas educativas, como o ‘Agosto Lilás’. A que dispõe sobre normas de prevenção e erradicação de violência sexual contra mulher, prioridade e proteção a identidade no atendimento médico as vítimas do município. E dizer que a nossa maior preocupação é essa, que as leis possam se materializar, dia após dia, na vida das pessoas. E falar da importância que nós temos. Eu sou psicóloga, sou assistente social, e há dezoito anos eu milito numa política pública de assistência social, e noventa por cento do nosso público são mulheres. E quando a gente fala da violência contra a mulher, normalmente a gente se reporta mais a violência física. Rose trouxe um caso bem típico. Mais no cenário que nós estamos vivendo, todos os dias, todas as horas, cada minuto, cada segundo que nós vivemos, a violência é praticada nas desigualdades sociais, na fome, na pobreza, na mulher que tem que mentir na hora de fazer o seu cadastro no programa Auxílio Brasil, para poder ter acesso a renda. E nós precisamos de profissionais qualificados para atender a essas pessoas, de profissionais sensíveis, porque, por muitas vezes, são meus colegas que dizem: ‘ela está querendo burlar o sistema, ela está mentindo’. E muitas das vezes somos nós mesmo que violamos os direitos das nossas mulheres. Nós não praticamos a sororidade, muita das vezes nos julgamos, e julgamos mal, muito mal. Então o que eu venho pedir, porque também é o nosso mês, é o mês da psicologia, é o mês do psicólogo, e nesta Casa eu também propôs que esse profissional possa estar nas escolas, possam estar em todos os espaços, porque de dois anos para cá, o sofrimento psíquico a gente nem dá conta da quantidade, porque dentro de uma casa, em uma família com oito, dez tem sofrimento psíquico. Então, por aí vocês tiram, a demanda é grande. Então nós precisamos de profissionais do serviço social, de profissionais da psicologia para compor não apenas os espaços que lidam diariamente com a violação de direito, como bem citou a Pastora Joana, quando dizia que a doutora Sílvia precisa de uma equipe. E a doutora Joana cita os serviços gerais como uma necessidade da delegacia. E eu cito que para além dos serviços gerais, que é imprescindível, nós precisamos de psicólogos, nós precisamos de pedagogos, nós precisamos de advogados, nós precisamos de toda e qualquer profissão que se levante e fale por nós, porque muitas das vezes as mulheres estão gritando, mas elas não são ouvidas. Então nós precisamos acordar, nós precisamos concretizar a força que nós temos. Nós somos mulheres, nós somos maioria. E eu em casa perguntando: o que seria do mundo se não fossem as mulheres. Quão belas nós somos, quão inteligentes nós somos. Percebiam os senhores e as senhoras, que nós estamos aqui, e quantas falas poderosas, e nós saímos daqui hoje fortalecidos, com coragem de não aceitar a violência em nenhuma



situação. Mas eu quero dizer ainda mais, que nós possamos ser protagonistas de nós mesmas, que em todo e qualquer espaço a gente valorize a mulher pelo o que ela é, pelo fato dela ser mulher. E valorize o batom que ela usa, o salto que ela usa, mas não a menospreze, porque em nenhum aspecto nós somos menores que os homens. A sociedade injusta, desqualificada, quer colocar isso nas nossas vidas, nas nossas mentes, e, por vezes, nós recebemos as mulheres, dizendo: ‘eu não sou nada’. E o nosso trabalho é justamente dizer: ‘você é tudo que você quiser ser’. Então vamos nos levantar, nós somos bonitas, inteligentes, capazes, empreendedoras, e eu espero que, em breve, as Casas Legislativas Municipais, Estaduais e Federais não cobrem apenas de 30% (trinta por cento) de candidatura de mulheres, mas que seja cobrado 50% (cinquenta por cento) de vereadores representados por mulheres em todas as Casas Legislativas. Por isso que, às vezes, nós não somos ouvidos, porque o número é pouco. Aqui nós somos 17 (dezessete) e temos 04 (quatro) vereadoras. Então nós éramos para ser muito mais. Se não a metade, mais que que eles. Muito obrigada, e parabéns a todas que me antecederam.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **Doutora Gislene**: “Boa noite a todos e a todas. Inicialmente, eu cumprimento a Excelentíssima Presidenta desta Casa, em nome de quem estendo os cumprimentos a todos os vereadores e vereadoras, especialmente os que fazem presentes aqui nesta noite. Cumprimentar toda a Mesa e as demais colegas e amigos que participam deste trabalho. Cumprimentar a todos os presentes, estudantes, educadores, colegas advogados e advogadas. A todos o meu muito boa noite. Pretende ser extremamente breve, para atender ao critério do horário e oportunizar também a manifestação pelas outras colegas. Primeiro, agradecer o convite, agradecer o espaço. Dizer que é sempre uma felicidade, é sempre orgulho para nossa classe poder participar de debates dessa natureza, tão necessários e urgentes. Queria dar atenção especial a fala de Josa, que suplicou aqui ao poder público, as instituições, esse tipo de assistência. Dizer que a OAB, enquanto instituição que tem o poder judicial, tem esse cuidado e essa preocupação com relação à mulher. Nós temos uma comissão temática de assistência à mulher vítima de violência, temos também uma representante advogada da Pessoa Idosa, que é a doutora Graça, a nossa matriarca, que também pleiteia, junto a OAB da seccional Paraíba, esse tipo de cuidado, esse tipo de olhar. Então dizer Tide, dizer Josa, que a OAB está sempre disponível a somar nesse trabalho de construção pelo fim da violência contra a mulher e contra a pessoa idosa. Então obrigada pela oportunidade, e conte conosco.” A Senhora Presidente disse: “Como a Vereadora Nadir falou aqui da formação da comissão, falei brevemente, aqui, e algumas pessoas já aceitaram fazer parte da comissão. Além das vereadoras: Doutora Daniela, Josa também já veio se prontificar para fazer parte, Doutora Sílvia, Doutora Gislene, Samara, Brígida, Doutora Mayres e doutora Roberta Lívia.” Com a palavra, a **Doutora Sílvia** disse: “Boa noite a todos, novamente. Agradecendo o convite, saudando, através da Presidenta Tide, todas as mulheres aqui presentes. Também tentando ser breve, agradecendo de coração a toda a acolhida, que assim como Brígida mencionou, me foi dispensada desde o início quando eu praticamente caí de paraquedas na Delegacia da Mulher de Patos. Mesmo sendo a segunda vez, porque eu já havia estado aqui antes, mas dessa vez por um motivo muito triste, lamentável, que foi a morte de Doutora Tâmara, que eu gostaria de pedir a todos uma salva de palmas a ela, homenageando toda a luta que ela teve durante os oito anos que ela esteve à frente da Delegacia da Mulher de



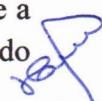
Patos. Dizer que a delegacia da mulher trata especificamente, aqui na cidade de Patos, da violência doméstica, familiar e sexual, apenas mulheres vítimas desses três tipos de violência. Nós não atendemos nenhuma mulher acusada. E dentro desse atendimento, somos a porta de entrada formal para o início dos procedimentos. O primeiro local que a mulher procura, sendo que ela também pode procurar um auxílio de uma advogada, ela também pode usar hoje em dia, o meio eletrônico, que é o pedido de medidas protetivas, através do telefone celular. Então há também alguns aplicativos de telefone celular que podem ser utilizados por essa mulher. Nós somos também o meio deste caminho, aonde a mulher vai obter as medidas protetivas, para que ela possa ter inicialmente a sua segurança. E somos o fim também, quando a gente consegui concluir um procedimento que vai levar aquele individuo ao segundo degrau, que seria junto ao Judiciário, para receber a efetiva punição e cumprir a sua pena. Mais dentro desse trabalho da nossa Delegacia, está uma união de forças muito grande, porque nós temos o auxílio aqui na nossa cidade, que é um órgão que eu não vejo em outros municípios, que é o CRAM. Então parabenizo todo o trabalho de Brígida, o trabalho do Conselho, através de Samara também. Sempre o apoio de Pastora Joana, que foi a primeira delegada da mulher na cidade de Patos, construiu todo esse nome, junto também com todos os órgãos que nos aconselham. A OAB, que nós conseguimos trazer aqui para Comarca, o projeto 'OAB por elas', que a pandemia fez ter uma suspensão momentânea, mas que nós pretendemos voltar a ter essa participação efetiva. Temos também todas as Secretarias que nos auxiliam, todas as vezes que nós precisamos. Aqui também a Casa Legislativa, que sempre estar de portas abertas. E dizer que é um trabalho feito com muito esforço da minha equipe, embora muito reduzida. Não temos como foi dito aqui, essa equipe multidisciplinar, que em João Pessoa e em Campina Grande recebe a mulher assim que ela chega na Delegacia. Ela vai ser primeiramente ouvida por essa equipe, para que ela possa expor o seu problema, se sentir mais à vontade. Então aqui nós temos que fazer as vezes de psicólogo, de assistente social, de pessoa que vai ouvir aquela mulher com mais humanidade, com mais dignidade. É um trabalho que vem muito bem sendo desenvolvido. E também durante a fase de formalização dos procedimentos, infelizmente estou delegada de uma Delegacia Especializada e não tenho um escrivão. A pessoa que deveria colocar no papel todos os procedimentos da Delegacia não existe na Delegacia da Mulher de Patos. Mas isso não é óbice, porque nós procuramos fazer esse serviço com mais rapidez possível, tornando todos os procedimentos hábeis para que a mulher possa obter o seu benefício o mais rápido possível. Para que os senhores tenham uma ideia, no sistema atual que é utilizado, nós temos em andamento dezesseis processos que estão aguardando algum tipo de providência: seja uma intimação, seja um laudo, seja uma oitiva, seja algum tipo de prova; enquanto alguns colegas de outras delegacias têm mais de uma centena de processos aguardando isso. Isso se deve ao fato que realmente de que realmente há um empenho de toda nossa equipe. Às vezes, nós passamos até do horário, trabalhando. Eu tenho hoje, na Delegacia da Mulher, um inquérito para ser relatado. Então é algo que não existe nas outras delegacias que nós temos conhecimento. Isso não é que eu esteja aqui me gabando, mas é um trabalho que nós procuramos fazer para não deixar que nenhuma mulher não seja atendida. Mais tudo isso que nós temos no nosso município, uma Delegacia Especializada da Mulher, um CRAM, uma secretaria, os órgãos de

proteção, CRAS, CREAS, conselhos tutelares, as unidades básicas de saúde, Maternidade, Hospital, as ONG's, todos esses profissionais hábeis a receber essa mulher, que não chega. Ela não chega. Eu tenho um exemplo muito nítido da Comarca de Teixeira, onde basicamente todos os dias há uma prisão em flagrante por um crime que pode ser cometido com a Lei Maria da Penha. Aqui na cidade de Patos, às vezes, eu passo semana sem lavrar um flagrante. Isso ocorre em razão do medo da mulher em denunciar, porque ela não sabe, ela ainda não entendeu, que o procedimento da Lei Maria da Penha é um procedimento rápido, fácil, é um procedimento que todo policial civil ou militar sabe fazer, mesmo que ele tenha que procurar algum tipo de ajuda, ele sabe dele inicialmente. Mas ela tem esse medo ainda, ela não sabe o que vai obter, com quem ela vai conversar, o que ela vai pedir, como vai ser. E nosso trabalho vem sendo feito de maneira constante a levar esse entendimento a cada vez mais mulheres. E o que eu procuro buscar ainda mais, Presidenta, é trazer os homens a nos ajudar. Eu não tenho notícia, acho que também ninguém tem esse conhecimento, de um crime de feminicídio praticado por uma mulher contra outra mulher. Eu acho que nós não temos esse índice, porque especificamente na nossa região nunca ocorreu. Então nós temos que trabalhar esse homem, porque essa mulher que está nos ouvindo hoje, essa mulher que esteve presente aqui, que vai levar esse conhecimento para casa, local onde ocorre o maior número crimes de violência doméstica, talvez ela chegue até esse indivíduo, e ela não tenha abertura, liberdade para poder conversar com ele sobre aquilo, e poder denunciar. Então essa mulher a gente precisa trabalhar, mas em conjunto com ela os homens, para que eles possam nos ajudar. Então é essa nossa principal dificuldade. Eu gostaria de abrir um parêntese aqui, e dizer que já conversei sobre esse assunto, inclusive hoje, com o Comando da Polícia Militar da nossa cidade. Há um problema estrutural na linha do 190. Eu recebo mulheres praticamente todos os dias, pela manhã, na Delegacia, que me dizem: 'a noite ele foi na minha casa, ele quis arrombar a minha porta, ele ficou gritando, eu chamei a Polícia Militar, o telefone tocou, tocou, e não foi atendido'. É um problema estrutural que nós temos que resolver emergencialmente, com muita urgência, porque não há procedimento que seja bem feito se nós perdemos as provas que podem ser produzidas naquele momento da situação do flagrante. Eu gostaria de pedir também a esta Casa também, que oficiasse, ou procurasse contato com o Comando da Polícia Militar, através da nossa Tenente ali, ela pode repassar. Eu conversei hoje como Coronel Jurandir, já conversei com o Comandante Esaú, e eles me relataram que é realmente é um problema estrutural, mas que foi criado um Centro de Comando, no Bairro do Monte Castelo, Jatobá, e eles vêm procurando resolver essa situação. Então isso acontece com muita frequência e vem impedindo que mulheres se dirijam à Delegacia. Outra situação importante que ocorre, é que quando elas conseguem esse contato com a Polícia Militar, muitas das vezes o indivíduo já correu, já saiu, já foi embora. E elas vêm sendo orientadas, isso vem sido trabalhado também, é uma crítica, mas uma crítica que tenta ser construtiva, para que elas se dirijam a Delegacia, no dia seguinte, e que elas façam o procedimento. É bom lembrar que existe uma Delegacia, apesar da Vereadora Nadir ter conseguido com que a Delegacia da Mulher trabalhasse nos sábados e domingos, no plantão de 24 horas, hoje, em razão da falta de pessoal, da pandemia, que nos obrigou a realizar uma nossa escala, todo o atendimento, toda a demanda do final de semana, e a demanda noturna e



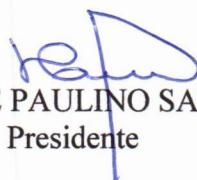
feriados, ela é absorvida pela Central de Polícia. Então, as mulheres têm que ter conhecimento que existe uma Delegacia aberta, ela pode procurar a Delegacia da Mulher, no Jardim Guanabara, ela pode procurar a Central de Polícia, ela vai ser atendida. Não existe essa necessidade, porque o fato aconteceu à noite ou de madrugada, ou em um final de semana, que ela só pode procurar no dia útil seguinte. Ela precisa procurar a Delegacia na mesma hora. Aproveitando a fala da amiga Josa, eu gostaria de dizer que, infelizmente, amiga, ainda não vai ser possível trazer essa Delegacia do Idoso para cá, porque é um problema estrutural, fora do nosso alcance. Nós necessitamos de um prédio próprio, de viaturas, de policiais, e isso talvez com a criação futura de uma Central de Polícia aqui na nossa Comarca, possa ser resolvido. E, principalmente, porque muitos concursos precisam ser feito. O policial civil da Paraíba ainda tem um dos piores salários do Brasil, e esse salário é mais comprometido ainda, quando fala do policial que precisa se aposentar e não pode, o policial civil que precisa tirar uma licença de saúde e não pode, aquele que se acidenta ou morre, pode perder até 60% (sessenta por cento) do seu salário. Então há um problema estrutural muito grande na nossa polícia, que vem sendo resolvido aos poucos. E eu aproveito também essa oportunidade para dizer, que nós atendemos sim, muitos casos de denúncia de violência contra pessoas idosas. Inclusive, os meus agentes diligenciaram hoje na residência de uma senhora idosa, cuja denúncia dizia que o filho a explorava economicamente, deixava-a sem alimento, sem a higiene necessária. E quando nós chegamos lá, a senhora estava em sua residência devidamente organizada, ela estava limpa, ela havia feito a sua refeição, os medicamentos que, por ventura, ela tivesse de usar estavam por ali. E era mais uma denúncia falsa. Nós temos um número absurdo de denúncias falsas, que são encaminhadas através do 197 da Polícia Civil, do 180, do disc denúncia de violência contra mulher, do disc 100, a violência contra o idoso, e do disc 123, da violência contra a criança e adolescente. E esse número também é muito semelhante quando se fala do 190 da Polícia Militar, milhares de denúncias falsas, que fazem com que a polícia perca muito tempo, que é um desgaste desnecessário para a realização dessas diligências, que poderiam estar sendo direcionadas para solução de outros casos. Então pedir a toda a população de um modo geral, pedir aos senhores presentes aqui, que conversem com as pessoas e alertem que os trotes a esses números de denúncia são muito frequentes e estão atrapalhando o nosso trabalho e da Polícia Militar. Outra questão importantíssima é dizer que todas as vezes que nós recebemos uma denúncia vinda de qualquer órgão de proteção, nós realmente fazemos todas as diligências necessárias e procedemos, mas as denúncias não chegam. Não me lembro de ter recebido uma denúncia vinda do Hospital, uma denúncia vinda da Maternidade. Recebo muitas situações do Hospital Infantil, que nos trazem para requisição de exames sexológicos de crianças vítimas de estupro, mas de outras cidades. Então, eu digo que existem várias barreiras para que essas denúncias cheguem à Delegacia. Isso precisa ser trabalhado. Então não recebi até hoje, e acredito que meus colegas, quando se trata dos homens, já que eu só trago da vítima mulher, nenhuma denúncia vinda da Pastoral. Então eu me coloco aqui à disposição como Delegacia da Mulher, e como delegada que assume o plantão em algumas noites e alguns finais de semana, para receber toda e qualquer informação que vier da Pastoral do Idoso, da Pastoral do Menor, de todos os órgãos que trabalham, para que a gente possa tentar resolver isso. Brígida me confindestim, no

começo desse ano, que ela não tinha nos três primeiros meses, atendido nenhuma mulher. Então há esse entrave, há essa barreira, que a gente precisa romper, porque nós temos a terceira melhor Lei do mundo, temos uma Secretaria de Mulheres a nível estadual, um Ministério, que também trata das mulheres, temos a Secretaria a nível municipal, um CRAM, a Delegacia da Mulher, e não temos demanda. Eu acredito que daqui a um tempo, se continuar na situação desse jeito, a gente vai ter que transferir a Delegacia da Mulher para Teixeira, porque lá sim tem demanda todos os dias. Se eu fosse pensar pelo meu lado, pelo meu benefício, eu diria: eu vou ficar calada, eu vou ficar quieta porque eu trabalho menos, porque eu não tenho nem escrivão, eu faço da capa do processo até o final. E ainda coloco o meu computador para poder jogar no PJE, que é o sistema que nós usamos. Então eu poderia muito bem ficar aqui de braços cruzados, achando que está tudo perfeito. Mas algo muito estranho está acontecendo. Eu recebo milhares de denúncias que recebem violência sim, mas, às vezes, violência que são consideradas ainda não tão graves. E eu vejo que mulheres que sofrem realmente a violência doméstica, as que mais sofrem, as que mais são humilhadas, que mais são ameaçadas, as que mais são agredidas fisicamente, são as que menos denunciam. E quando elas têm coragem de denunciar, elas são as primeiras a retornarem à Delegacia para retirar a queixa, como elas falam. Então isso é gravíssimo, demonstra a fragilidade da mulher. Dessa mulher que a gente precisa atingir de qualquer maneira, a gente precisa tocar a mente e coração dessa mulher, para que ela tenha forças. E ela só vai ter forças para saber o que de fazer, quando ela tiver conhecimento do assunto, quando a gente puder conversar com cada uma delas, e alertar, que é muito simples, é muita rápido, é muito fácil se livrar dos ciclos de violências que elas ainda vivem. Então agradeço a esse convite, parabenizando toda a Casa, pelo evento, todas as que participaram, todas que compareceram aqui. E colocando sempre a nossa delegacia à disposição para ajudar a essas muitas mulheres que ainda sofrem sem necessidade. Muito obrigado a todos pela atenção.” A Senhora Presidente disse: “A comissão especial de mulheres, a Vereadora Nadir fez um pedido, que se todos aceitam que seja colocado o nome Comissão Especial de Mulheres Doutora Tâmara Lenina. Então essa Comissão é formada pelas Vereadoras desta Casa, e eu convidei a Vereadora Nadir para presidir essa comissão. E, desde já, eu pergunto a Doutora Daniela Lucena se ela aceita ser a relatora. E as demais serão membros da Comissão: Josa, da Pastoral da Pessoa Idosa; Doutora Sílvia, da Delegacia da Mulher; Gislene, Vice-Presidente da OAB Patos; Samara, Presidente do Conselho de Mulheres; Brígida, Secretária Executiva de Mulheres; Roberta Lívia, da OAB Patos, e Mayres de Moraes.” Com a palavra, a **Vereadora Nadigerlane Rodrigues** disse: “Senhora Presidente, antes da senhora terminar, eu queria contribuir também com as demandas. A Pastora Joana Darc, na sua fala, esqueceu de citar uma importante demanda, e ela me pediu que repasse, que era uma solicitação, Doutora Daniela, que está como relatora, para que a gente leve ao Prefeito a necessidade de uma sede para o Conselho de Mulheres, que também, nesse momento, encontra-se sem sede. Também outra demanda da Pastora Joana Darc, nós temos uma Lei nesta Casa, Secretaria Brígida, a senhora pode nem conhecer, porque nós nunca levamos a senhora isso, que denomina o CRAM como Delegada Doutora Tâmara Lenina. E também não é dessa gestão agora, essa lei é antiga, mas a gente vai lhe pedir também esse apoio, para que a gente possa fixar essa placa lá, com o nome da Doutora Tâmara, que nós sabemos do



trabalho que ela desenvolveu em nosso município em prol do combate à violência contra a Mulher. E, por último, eu falava com a doutora Daniela, a violência contra a mulher é uma violência de notificação compulsória, então a Atenção Básica tem, por obrigação, notificar os casos de violência contra a mulher, que cheguem à unidade básica. Mas será que os trabalhadores da unidade básica conhecem que a violência é de notificação compulsória? Será que eles têm conhecimento? Então eu queria sugerir que essa comissão, da forma que vai se reunir com o Prefeito, que a gente também possa se reunir com a atenção básica, convidar os trabalhadores da atenção básica para que a gente esclareça sobre a importância de estar notificando esses casos, porque a gente sabe que a atenção básica é tão sobrecarregada, que, muitas vezes, não notifica um caso de dengue, um caso de Chikungunya, e essa omissão pode está acontecendo também com a violência doméstica. Então a gente precisa se sensibilizar, porque eu sei que eles têm muito trabalho, mas é porque a necessidade é bem maior. Então eu queria levar como proposta, que a gente também se reunisse com a atenção básica. obrigada. Nada havendo nada mais a tratar, a Senhora Presidente, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a presente Audiência pública, às dezenove horas e cinquenta e um minutos.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 24 DE AGOSTO DE 2022.


VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente


MARIA DE FÁTIMA MEDEIROS DE MARIA FERNANDES

1^a Secretária “Ad hoc” / 2^a Secretária “Ad hoc”